

DIÁLOGO GLOBAL 3.1

5 edições por ano em 14 idiomas

A Morfogênese se intensifica

Margaret Archer

A ISA decola

Entrevista com Izabela Barlinska

Modernidade e Islã

Riaz Hassan,
Mohammed Bamyeh,
Jacques Kabbanji

- > A questão de gênero na Rússia contemporânea
- > Perspectivas para Sociologia Pública na Ucrânia
- > Romênia: o descontentamento do inverno
- > Sociologia romena para além da globalização
- > CriticAtac: um manifesto anti-capitalista da Romênia
- > Três anos de Sociopedia.isa
- > Melhor serviço de saúde para todos
- > Obituário: Ivan Varga, 1931-2012
- > Quais portas o “Acesso Livre” abre?
- > Apresentação da Equipe Editorial Indiana
- > Ensaio fotográfico: sobrevivendo nas margens

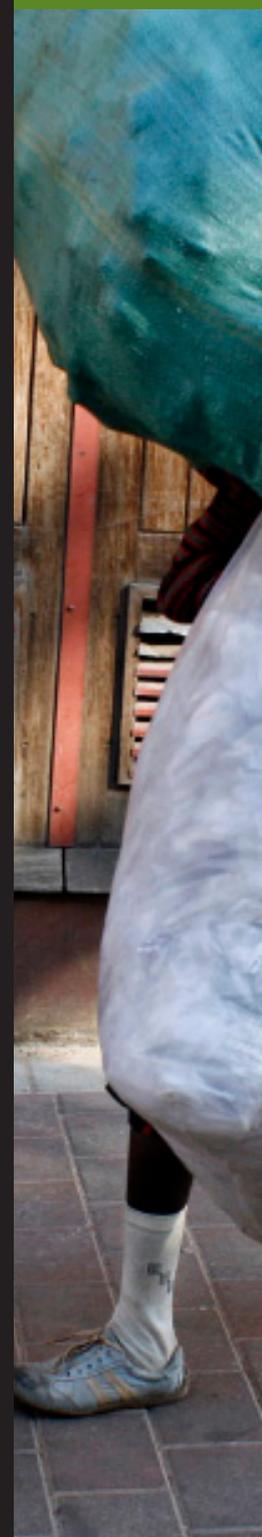


International
Sociological
Association



VOLUME 3 / EDIÇÃO 1 / NOVEMBRO 2012
www.isa-sociology.org/global-dialogue/

DG



> Editorial

A questão do idioma

O Segundo Fórum da ISA teve grande sucesso. 3.600 participantes registrados em 55 Comitês de Pesquisa (RCs), Grupos Temáticos (TGs) e Grupos de Trabalho (WGs) se reuniram na Faculdade de Economia da Universidade de Buenos Aires, entre os dias 1 e 4 de agosto. Pelo sucesso temos que agradecer a dedicação de Margaret Abraham, Vice-Presidente da ISA para Pesquisa e Presidência do Fórum; Izabela Barlinska e sua equipe da Secretaria da ISA; e Alberto Bialakowsky e Alicia Palermo, Presidente e co-Presidente do Comitê Local de Organização. Não menos importante foram as habilidades de organização e a devoção dos coordenadores de RCs, TGs e WGs que lidaram com a demanda excedente para participação nos painéis. Nós deixamos Buenos Aires entusiasmados com as discussões transcontinentais, impressionados com a sociologia Latino-Americana e prontos para marchar em direção ao Congresso de Yokohama em 2014.

A última vez em que estivemos na América Latina foi em 1982 quando o nosso congresso foi sediado na Cidade do México. Conforme Izabela Barlinska reconta na entrevista publicada nesta edição da *Diálogo Global*, foi um encontro tempestuoso, com participantes locais devidamente indignados com o imperialismo lingüístico inglês. Somente alguns anos depois do congresso de 1982 o espanhol uniu-se ao francês e ao inglês como idioma oficial da ISA. 30 anos depois nós fomos mais bem-sucedidos em lidar com o problema do idioma, com traduções simultâneas dos plenários, com a versão espanhola de sessões, com painéis multilíngues, e com todos colaborando de diversas formas para a comunicação entre idiomas.

Ao longo dos últimos 30 anos nossos encontros se tornaram mais inclusivos em várias dimensões, não somente a do idioma. Ao mesmo tempo, o inglês tem se tornado cada vez mais dominante como língua franca, crescentemente adotada como segundo idioma preferencial ao redor do planeta. Sem dúvidas, isso tem seus benefícios, ampliando o escopo da sociologia, possibilitando acesso a novas oportunidades e materiais. Contudo, a expansão do inglês tem gerado as suas próprias desigualdades: uma exclusão mais profunda daqueles não familiarizados com o idioma e a criação de hierarquias entre os que são familiarizados. A fluência em inglês, mais do que em outros idiomas, traz enormes vantagens, tanto em apresentações orais quanto na publicação de artigos e, desse modo, torna-se uma marca de distinção não apenas globalmente mas, não menos importante, dentro das comunidades científicas nacionais (em que o inglês é um idioma secundário).

Como as universidades entram em competição mundial por status simbólico trazendo com isso recompensas materiais), então a publicação em revistas internacionais é um prêmio. Isso significa não somente publicar em inglês, mas conduzir pesquisa dentro de quadros e paradigmas que são geralmente estranhos aos problemas e questões para a própria sociedade do autor. O sociólogo palestino Sari Hanafi diz: “*Publicar globalmente e perecer localmente ou publicar localmente e perecer globalmente*”. Enfrentar este desafio significa ser bilíngue, bi-profissional, trabalhar em dobro, falar para múltiplas plateias. Isso vale para as sociologias paroquiais do Estados Unidos e do Reino Unido, não menos do que para outras. Nesses aspectos o Fórum de Buenos Aires estabeleceu novos padrões para uma sociologia global.

> **A *Diálogo Global* pode ser lida em 14 idiomas**
no [Website da ISA](#)

> **Submissões devem ser enviadas para:** burawoy@berkeley.edu



Margaret Archer, ex-presidente da ISA, apresenta a sua visão de sociologia que examina a questão envolver interação da estrutura social e agentes sociais, o que ela denomina morfogênese.



Izabela Barlinska continua o seu fascinante depoimento pessoal sobre o crescimento da ISA nos últimos 25 anos, começando com a transplantação do secretariado para Madri em 1987, onde ele tem sido desde então.



Ernest Gellner, Max Weber e Edward Said figuram no debate sobre Modernidade e Islã, representado aqui nas perspectivas conflitantes de Riaz Hassan, Mohammed Bamyeh e Jacques Kabbanji.

> Corpo Editorial

Editor:

Michael Burawoy.

Editores executivos:

Lola Busuttil, August Bagà.

Editores associados:

Margaret Abraham, Tina Uys, Raquel Sosa, Jennifer Platt, Robert Van Krieken.

Conselho editorial:

Izabela Barlinska, Louis Chauvel, Dilek Cindoğlu, Tom Dwyer, Jan Fritz, Sari Hanafi, Jaime Jiménez, Habibal Khondker, Simon Mapadimeng, Ishwar Modi, Nikita Pokrovsky, Emma Porio, Yoshimichi Sato, Vineeta Sinha, Benjamin Tejerina, Chin-Chun Yi, Elena Zdravomyslova.

Editores regionais

Mundo Árabe:

Sari Hanafi, Mounir Saidani.

Brasil:

Gustavo Taniguti, Juliana Tonche, Pedro Mancini, Célia da Graça Arribas, Andreza Galli, Renata Barreto Preturlan, Rossana Marinho.

Colômbia:

María José Álvarez Rivadulla, Sebastián Villamizar Santamaría, Andrés Castro Araújo.

Índia:

Ishwar Modi, Rajiv Gupta, Rashmi Jain, Uday Singh.

Irã:

Reyhaneh Javadi, Najmeh Taheri, Hamidreza Rafatnejad, Shahrad Shahvand, Saghar Bozorgi, Tara Asgari Laleh, Nastaran Mahmoodzade.

Japão:

Kazuhisa Nishihara, Mari Shiba, Kousuke Himeno, Tomohiro Takami, Yutaka Iwadate, Kazuhiro Ikeda, Yu Fukuda, Michiko Sambe, Takako Sato, Shohei Ogawa, Tomoyuki Ide, Yuko Hotta, Yusuke Kosaka.

Polônia:

Mikołaj Mierzejewski, Karolina Mikołajewska, Jakub Rozenbaum, Michał Chelmiński, Krzysztof Gubański, Emilia Hudzińska, Julia Legat, Kamil Lipiński, Adam Müller, Mikołaj Niziński, Tomasz Piątek, Anna Piekutowska, Anna Rzeźnik, Konrad Siemaszko, Zofia Włodarczyk.

Romênia:

Cosima Rughinis, Ileana Cinziana Surdu

Rússia:

Elena Zdravomyslova, Anna Kadnikova, Elena Nikiforova, Asja Voronkova.

Taiwan:

Jing-Mao Ho.

Turquia:

Aytül Kasapoğlu, Nilay Çabuk Kaya, Günnur Ertong, Yonca Odabaş, Zeynep Baykal.

Consultores de Mídia:

Annie Lin, José Reguera.

> Nesta Edição

Editorial: A questão do idioma **2**

Sobre a vocação da sociologia enquanto a Morfogênese se intensifica
Por Margaret Archer, Suíça **4**

A ISA decola
Entrevista com Izabela Barlinska, Espanha **6**

> DEBATE

Déficits do mundo muçulmano
Por Riaz Hassan, Cingapura **9**

Resposta a Hassan: reduzir a complexidade a déficits
Por Mohammed Bamyeh, Estados Unidos **12**

Resposta a Hassan: Os limites do "Orientalismo"
Por Jacques Kabbanji, Líbano **14**

> LEGADOS SOVIÉTICOS

O gênero em questão na Rússia contemporânea
Por Anna Temkina, Rússia **16**

Perspectivas para Sociologia Pública na Ucrânia
Por Lidia Kuzemska, Ucrânia **19**

> SOCIOLOGIA DA ROMÊNIA

Romênia: o descontentamento do inverno
Por Cătălin Augustin Stoica e Vintilă Mihăilescu, Romênia **20**

A sociologia romena para além da globalização
Por Ioana Florea e Delia Badoi, Romênia **22**

CriticAtac: um manifesto anti-capitalista da Romênia **24**

> NOVIDADES DA ISA

Três anos da *Sociopedia.isa*
Por Bert Klandermans, Holanda **26**

Melhor sistema de saúde para todos
Por Ellen Kuhlmann e Claus Wendt, Alemanha, e Ivy Bourgeault, Canadá **27**

Obituário: Ivan Varga, 1931-2012 **28**

> COLUNAS ESPECIAIS

Quais portas o "Acesso Livre" abre?
Por Jennifer Platt, Reino Unido **29**

Apresentação da Equipe Editorial Indiana
Por Ishwar Modi, Índia **30**

Ensaio fotográfico: sobrevivendo nas margens
Por Alexia e Edward Webster, África do Sul **31**



> Sobre a vocação da Sociologia enquanto a morfogênese se intensifica

Por Margaret Archer, Escola Politécnica Federal de Lausanne, Suíça, e ex-presidente da ISA, 1986 – 1990.



Margaret Archer foi a primeira e única mulher Presidente da ISA (1986 – 1990). Foi pioneira no estudo da mudança social como um processo de “morfogênese” através do qual ela exprime a interação seriada da estrutura social e dos agentes sociais – interação tornada possível pelos entendimentos culturais. Tudo começou com os seus estudos sobre os sistemas educacionais francês e inglês, mostrando como eles estruturam respostas que, por sua vez, remodelam os mesmos sistemas. Autora de muitos livros que organizam sua teoria social “realista”, Margaret tem seguidores pelo mundo todo. Por muitos anos lecionou na Universidade Warwick e agora dirige o Centro de Ontologia Social da Escola Politécnica Federal de Lausanne.

Margaret Archer discursando para a Associação Internacional para o Realismo Crítico em Londres, 2008.

A Sociologia nasceu buscando respostas para quatro perguntas: “de onde nós viemos?”, “o que temos agora?”, “para onde estamos indo?” e “o que deve ser feito?”. Essas são todas perguntas realistas: existe um mundo social real com propriedades reais, habitado por pessoas reais que, coletivamente, construíram o passado e cujos poderes causais já estão modelando o futuro. A maneira pela qual Weber expressou a vocação da sociologia foi descobrindo por que as coisas são “assim” e não “de outra forma”. Aqueles que compartilham esse compromisso jamais poderiam aceitar a conclusão de Baudrillard: “tudo o que resta é brincar com as peças”. Ibn Khaldun poderia ter chamado isso de a marca de uma civilização decadente.

O que é mais danoso do que a “jocosidade” pós-modernista é, na verdade, o estilhecimento das peças. Toda a vida social – micro –, meso – e macroscópica – entra

necessariamente num mesmo SACO; as relações entre “estrutura”, “ação” e “cultura” são sempre indispensáveis para explicar qualquer coisa social.

Sem ser minucioso com respeito às definições, desprezar a “estrutura” e os contextos nos quais as pessoas vivem se torna algo caleidoscopicamente contingente; omita a cultura, e ninguém terá um repertório de ideias para construir a situação que as pessoas enfrentam; sem agência perdemos a relação de atividade-dependência enquanto causa eficiente de existência de uma ordem social. A vocação da sociologia é conseguir levar em conta as inter-relações e as configurações resultantes. Ao quebrar as peças e então pulverizá-las, muitos teóricos sociais renunciaram a sua vocação e se tornam agentes funerários, escrevendo certidões de mortes para cada componente do SACO. E mais, com essas “mortes”, cada parte do mundo fica privada de ferramentas para explicar

>>

por que as coisas são como são e por que as coisas poderiam ser de outra forma.

Com relação às “estruturas”, teorias atuais de “desestruturação” substituem-nas com fluidez. A metáfora da liquidez aponta para a extrema descontrolabilidade do social. Isso foi anunciado pelas sociedades de “fuga”, “destruidoras” e “de risco”, mas a inundação ganhou espaço e está flutuando sobre o mar de fenômenos auto-organizados, projetados pela teoria da complexidade. Entretanto, a inaptidão é gritante em face à crise econômica atual. Essa crise revelou parte de uma estrutura previamente escondida. Sabemos mais agora sobre a estruturação do capital financeiro global e seu entrelaçamento com as multinacionais e os governos nacionais do que antes de 2008. Tudo que é sólido não se desmancha no ar, mas derivados, hipotecas, arranjos e trocas estrangeiras, e débitos do mercado são mais compreensíveis do que o Fordismo.

Porque as posições estruturadas, as relações e os interesses são realmente complicados, a mídia tem banalizado e personalizado a crise em termos de bonificação dos banqueiros, ajudando a rolar algumas cabeças ávidas. Os “Movimentos de Ocupação” testificam a falta de ferramental sociológico. Eles estão se opondo às medidas de austeridade ou a um capitalismo financeiro global? Embora Londres pareça insegura, o movimento de Genebra mantém seminários regulares nos quais discutem como conter as complexidades envolvidas. Associações de economistas heterodoxos vêm sendo frequentemente mais úteis do que os sociólogos. Onde está o nosso equivalente às análises de Stefano Zamagni sobre as nefastas contribuições feitas pelos últimos dez ganhadores do Prêmio Nobel em economia? Qual é a nossa contribuição visando uma economia civil?

Isso leva à “cultura” e ao imenso papel que a TINA¹ (“*There Is No Alternative*”) tem desempenhado na tentativa de voltar ao “*business as usual*”². A “virada cultural” privilegia o discurso, mas a crise não pode ser reduzida ao tom discursivo. A hegemonia do discurso deslocou o conceito de ideologia, relegando-o para a lata do lixo da luta de classes “zumbi”. Com ela, o nexos fundamental entre ideias e interesses foi perdido enquanto lugar de legitimação política. Perdidas foram também as fontes ideacionais da crítica, não meramente como atividades expressivas (há muitas delas), mas como fontes de mobilização social (cuja ausência fortalece a TINA). Ironicamente, como as águas correm, há um obstinado apego ao hábito, a uma disposição de habitus e à ação de rotina na sociologia, a despeito de sua incongruência com mudanças rápidas. No entanto, como os grandes pragmatistas americanos foram os primeiros a salientar, as situações problemáticas são as parceiras de inovação reflexiva.

Finalmente, e o mais sério, é a morte do sujeito, apagado,

segundo Foucault colocou há mais de 40 anos, “*como um rosto desenhado na areia à beira da praia*”. Desde então o nosso apagamento humano foi repetido por muitos limpadores de lousas: as pessoas tornaram-se lousas limpas, abertas para uma auto-inscrição (Gergen), egos serialmente reinventados (Beck), e por fim, rebaixados a agentes “actantes”³. Com a morte do sujeito, reflexividade, intencionalidade, assistencialismo e compromisso também saem de cena, juntamente com a capacidade exclusivamente humana de vislumbrar como as coisas poderiam ser de outra forma.

Os defensores das responsabilidades e potencialidades humanas têm sido bastante raros; por conta disso, Andrew Sayer teve necessidade de escrever seu excelente livro *Why Things Matter to People*. A sociologia conserva um lado humanista, mas seu modo de abordar o humano ainda aparece abafado. Assim, isolamento e solidão não são temas populares quando comparados com a marginalização e a exclusão, mas são, quando muito, flagelos do mundo desenvolvido e de suas consequências. Os sociólogos também são mais contundentes em acentuar a nossa suscetibilidade ao sofrimento do que ao florescimento. Somos ainda muito tímidos no avanço de uma “Sociologia da Prosperidade”, limitando-nos bastante às necessidades biológicas inquestionáveis. Por que não há uma sociologia da alegria, pouco mencionada com exultação ou forte contentamento, e por que a felicidade está delegada às métricas dos economistas? Responder a essas perguntas é um predicado da sociologia no sentido de contribuir para o florescimento da sociedade civil.

Hoje, a principal alegoria é a “modernidade líquida”, mas metáforas nada explicam e muitas vezes confundem (lembremo-nos das analogias mecânica, orgânica e cibernética). Certas teorias da mudança têm acentuado somente um dos elementos isolados do SACO: “cultura” por “Sociedade da Informação”; “estrutura” por “Capitalismo Globalizado” ou “Império”; e “agência” por “individualismo institucionalizado” da “Modernidade Reflexiva”. Cada teoria se apropria de somente um dos componentes (empiricamente impactante), considera cada componente como a parte mais importante e o iguala erroneamente ao mecanismo de mudança. Ao invés disso, precisamos examinar as sinergias do SACO e as respostas positivas que tornam a morfogênese o processo responsável por intensificar a mudança – de um modo não metafórico. ■

¹ Na versão original em inglês, TINA significa “*There Is No Alternative*”, utilizada frequentemente pela ex-Primeira Ministra Britânica Margaret Thatcher.

² A expressão “*Business as usual*” faz referência às políticas britânicas adotadas no início da I Guerra Mundial.

³ “Actante” é um termo frequentemente utilizado na semiótica. Originalmente, foi utilizado pelo linguista francês Lucien Tesnière (1893-1954) para denotar as principais funções sintáticas (sujeito, objeto direto e objeto indireto) que dependem do verbo na sintaxe. Posteriormente, o linguista lituano Algirdas Julien Greimas (1917-1992) o utilizará para determinar os participantes ativos (pessoas, animais ou coisas) em qualquer forma narrativa, seja um texto, uma imagem, um som.

> A ISA decola: Entrevista com Izabela Barlinska

Izabela Barlinska e a Vice-Presidente da ISA para Research, Margaret Abraham, discutindo uma questão importante no Fórum de Buenos Aires, agosto de 2012.



Na edição anterior da Diálogo Global (2.5), aprendemos como uma jovem estudante polonesa foi recrutada para a ISA e como ela se tornou o cérebro organizador indispensável da Associação. Nessa segunda e última parte da entrevista, a Dr^a. Barlinska conta-nos a história da consolidação da ISA na poderosa organização dos dias de hoje.

MB: Interrompemos a história com você hospedando o famoso escritor Ryszard Kapuscinski em Amsterdã. E então, nos finais de 1986, o então Presidente da

ISA, Fernando Henrique Cardoso, ofereceu-lhe o trabalho de Secretária Executiva, condicionado à sua mudança para Madri, para o estabelecimento de um novo escritório. Foi isso que você fez?

IB: Sim, eu cheguei aqui em Madri em janeiro de 1987, por conta própria, sem falar uma palavra em espanhol. Tinha que montar o escritório. Acho que você deve ser jovem e inexperiente para aceitar algo assim. Não conseguia imaginar muito bem o que significava tudo aquilo. Cheguei com um grande container, que continha minhas malas e papéis da ISA, para ocupar um espaço na Academia Espanhola

de Ciências. A ISA chegou sob o convite do Ministro Espanhol de Educação, mas os escritórios que a ISA deveria ocupar na Academia Espanhola de Ciências ainda não estavam concluídos.

MB: Você estava totalmente sozinha?

IB: A única ajuda que tive foi de Sergio Contreras, um colega do Chile que também havia trabalhado no Secretariado em Montreal e Amsterdã. Ele veio dar uma ajuda porque falava espanhol. Nós dois tentávamos abrir o escritório. Foi difícil. Aprendi meu espanhol com os trabalhadores da construção dos prédios. Mas o lado bom foi que eu tinha que conhecer as pessoas do Ministério de Educação, por conta de todos os papéis que precisavam ser preparados para registrar oficialmente a ISA. Uma vez que as secretárias não podiam conversar comigo em espanhol, elas me deixavam encontrar com seus chefes. Então eu tinha que conhecer e estabelecer amizade com pessoas de alta posição no governo socialista, e costumava caminhar nas montanhas com amigos da geração que tomava o poder com Felipe González.

MB: Para eles, você deve ter sido uma curiosidade e tanto, vinda da Polônia.

IB: A Polônia era muito famosa naqueles dias. Todos compreendiam a importância da Solidariedade como uma força que lutava contra um regime autoritário, do mesmo modo que eles fizeram na Espanha. Então a Polônia, ou pelo menos a oposição, tinha uma boa reputação entre aqueles socialistas.

MB: Então você estava por conta própria, basicamente. O período de cargo de Cardoso estava terminando, e então veio Margaret Archer.

IB: Margaret foi eleita presidente em 1986, no Congresso Mundial em Nova Déli. Ela foi a primeira e, até hoje, a única mulher presidente da ISA. Nós trabalhamos juntas e construímos uma amizade duradoura.

MB: Qual foi, então, o desafio mais duro com que se deparou quando chegou aqui?

IB: Levou tempo para me estabelecer e organizar o escritório em um novo país. Quando nos estabelecemos, por assim dizer, começamos a organizar o Congresso Mundial de Sociologia de 1990, em Madri. Isso significou a presença de um grande contingente de latino-americanos, com a consequência de que o espanhol se tornou, finalmente, a terceira língua da Associação.

MB: Somente nesse momento? Pensei que tivesse sido no México, em 1982.

IB: O México enfrentou protestos – todos protestavam pelo Congresso não ocorrer na Espanha. Mas o reconhecimento da língua espanhola ocorreu muito tempo depois. Então foi como se um novo continente estivesse se unindo à ISA pelo simples fato de o Secretariado se mudar para Madri. Não tínhamos qualquer tecnologia extravagante – o primeiro computador já estava no escritório, mas ele

era muito, muito diferente. E a dificuldade, aqui, era que enquanto a localização e o povo espanhol eram muito amigáveis ao congresso e à Associação, existia espanhóis que queriam... como posso dizer... usar a Associação para suas próprias carreiras e seus próprios objetivos. E isso se tornou particularmente desagradável para todos. Acredito que a ISA sofreu. O Congresso de Madri sofreu muita tensão por si mesmo, e não apenas porque ele ocorrera em três edifícios distintos da Universidade Complutense, no calor efervescente de Madri, sem ar condicionado.

MB: Esse foi o Congresso no qual o sociólogo indiano, T.K. Oommen, foi eleito Presidente?

IB: Isso mesmo. O resultado dessas eleições trouxe um problema real para a ISA, uma vez que alguns sociólogos locais esperavam que um espanhol fosse eleito Presidente. Uma das consequências inesperadas foi que a ISA perdeu seu registro no Ministério de Assuntos Internos, onde estava formalmente registrada, e foi então expulsa dos escritórios na Academia Espanhola de Ciências. Assim, por algum tempo, o escritório precisou migrar para o mesmo terraço em que estamos conversando.

MB: Então a ISA precisou se mudar mais uma vez – como isso foi resolvido?

IB: Bom, tivemos sorte de a Faculdade de Ciências Políticas e de Sociologia da Universidade Complutense nos oferecer, generosamente, um escritório. O apoio de Miguel Ángel Ruiz de Azúa, Presidente da União Nacional de Sociólogos e Cientistas Políticos, foi inestimável. Foi uma boa jogada, no sentido de ser melhor, para o Secretariado, estar dentro da universidade. Há mais colegas – sociólogos, estudantes, e um meio acadêmico ativo.

MB: Mas como a ISA sobreviveu materialmente?

IB: Você precisa entender que a ISA chegou na Espanha sob o convite do Ministro da Educação, e o acordo dizia que o Secretariado receberia recursos na forma de subsídios do governo espanhol, como tivemos em Montreal e Amsterdã. E foi assim que ele permaneceu na Espanha por seis anos. O governo espanhol foi muito generoso. Mas então aquele dinheiro acabou. Logo houve um grande debate na ISA – o que fazer? E não que existisse qualquer outra oferta na manga, aguardando nossa aprovação. No mesmo momento em que a *Internet* surgiu, o *e-mail* surgiu. E todos perceberam que na verdade não importava onde estaríamos. Assim, ao invés da mudança, foi decidido que permaneceríamos na Espanha. E permanecemos. Mas imagine você que, desde então, as operações da ISA foram inteiramente auto custeadas,

MB: Isso é impressionante!

IB: A razão foi uma boa administração doméstica e uma equipe bastante limitada. É claro que, nesses dias, havia menos membros e atividades. Mas isso representou uma grande mudança na vida da ISA, porque deixamos de mover o Secretariado a cada quatro anos.

MB: Isso também significou que vocês poderiam

>>

estabelecer sua própria equipe?

IB: Sim, de fato. Nacho (José Ignacio Reguera) esteve conosco desde antes do Congresso de 1990. Eu voltei a encontrá-lo por meio de conexões polonesas. Quando estávamos na Academia de Ciências, possuía um pequeno Fiat com uma placa de registro polonesa. Um dia eu encontrei um pequeno bilhete no para-brisas, escrito em polonês: “Sou um professor visitante da Polônia no Instituto de Física; talvez possamos nos encontrar”. Eu disse: Por que não? Ocorreu de ser Jacek Karwowski, professor da Universidade de Torun. Tornamo-nos amigos imediatamente. Juntamente com ele, seus amigos e sua família, descobri a Espanha porque, não se esqueça, naquela época eu pensava que permaneceria no país por apenas quatro anos. Foi assim que eu achei Nacho, que trabalhava no mesmo Instituto de Física.

MB: E ele trouxe a ISA para o mundo dos computadores pessoais, e-mail e Internet?

IB: Nacho esteve construindo o banco de dados da ISA. Ele sabe de tudo. É muito bom, leal, cuidadoso e criativo. Uma importante aquisição para a ISA, especialmente no mundo moderno dos computadores e mídias sociais. Eu lhe digo o que é necessário, e ele me entrega. Estamos na mesma sintonia.

MB: Talvez esse seja um bom momento para você dizer algo sobre os trabalhos diários do Secretariado.

IB: A rotina diária é uma economia doméstica tediosa, com um monte de detalhes. Mas, como dizem, o demônio está nos detalhes. Pode soar enfadonho, mas ao mesmo tempo você não deve perder a visão do todo.

MB: A visão do todo sobre...

IB: Sobre a Associação, sobre onde ela deveria ir e sobre porque as pessoas nos contatam, e até se for apenas para mudar um endereço. Mas é crucial atualizar esse endereço, porque no dia seguinte poderemos receber um requerimento de outro colega, que gostaria de manter contato com o autor de uma resenha interessante que tenha visto no website do Congresso da ISA.

MB: Você coloca todo mundo em contato com todo o resto.

IB: De fato, trata-se de uma rede de intercâmbio para muitas pessoas, que foi construída graças a uma rotina diária de muitos anos. Incluí, recentemente, 5.000 membros ativos, além de outros 3.000 contatos no banco de dados. E também existe uma estrutura complexa de mais de 60 comitês de pesquisa, grupos temáticos e de trabalho, 60 associações sociológicas nacionais, membros institucionais. Trata-se de um enorme potencial, e é importante utilizá-lo e encaminhá-lo apropriadamente.

MB: O que você quer dizer?

IB: O Comitê Executivo da ISA define as metas e políticas

da associação e o Secretariado deve implantá-las. Deve-se lembrar que a maioria de nossos membros não tem o inglês como língua nativa, então precisamos ser cuidadosos na formulação de mensagens e na construção do website da ISA. Quanto mais tecnicamente sofisticado ele se torna, mais difícil fica acessá-lo em países onde o suprimento elétrico é limitado. Nunca se pode esquecer sobre essas diferenças e desigualdades. Há um sentimento muito especial, de fato, de que trabalhamos em nosso pequeno escritório em Madri, mas estamos cercados por pessoas de todo o mundo. Essa consciência de se estar apto a ajudar os outros é muito valiosa para nós.

MB: Certo. Quantas pessoas trabalham aí, então?

IB: Quatro, no total; algumas em tempo parcial, outras em tempo integral. E embora cada um possua uma responsabilidade especial (como pagamentos dos filiados, atualização do banco de dados e do website, anúncio dos programas de conferências, etc.), tivemos a sorte de criar um time preocupado com a construção dessa rede internacional de sociólogos de todas as partes do mundo.

MB: Sim, e nisso você tem sido incrivelmente bem sucedida. Presidentes da ISA também devem ter cumprido um papel nisso. Voltamos então à sequência histórica. Oommen foi Presidente entre 1990 e 1994 e, durante seu mandato, você teve de lidar com a perda de seu escritório. E então veio o Congresso de Bielefeld em 1994, quando Immanuel Wallerstein foi eleito.

IB: Com Immanuel, uma grande mudança atingiu a ISA, porque ele trouxe a Internet e o e-mail à vida cotidiana da Associação; claro que esse foi o período em que tudo isso começou pelo mundo. Immanuel os utilizou e foi muito ativo. Possuía boas ideias e queria aquele trabalho, tendo bons propósitos. Aqueles foram anos importantes para a ISA. E foi muito interessante trabalhar com ele. Mas também houve bons dias antes disso. Nos dias de Margaret Archer – que eram difíceis devido à situação local – nós estabelecemos, assim mesmo, o periódico *International Sociology*, da ISA, e a Competição Mundial para Sociólogos Juniores. Então, mesmo nesse período de dificuldades, novas coisas foram iniciadas, e que tiveram prosseguimento.

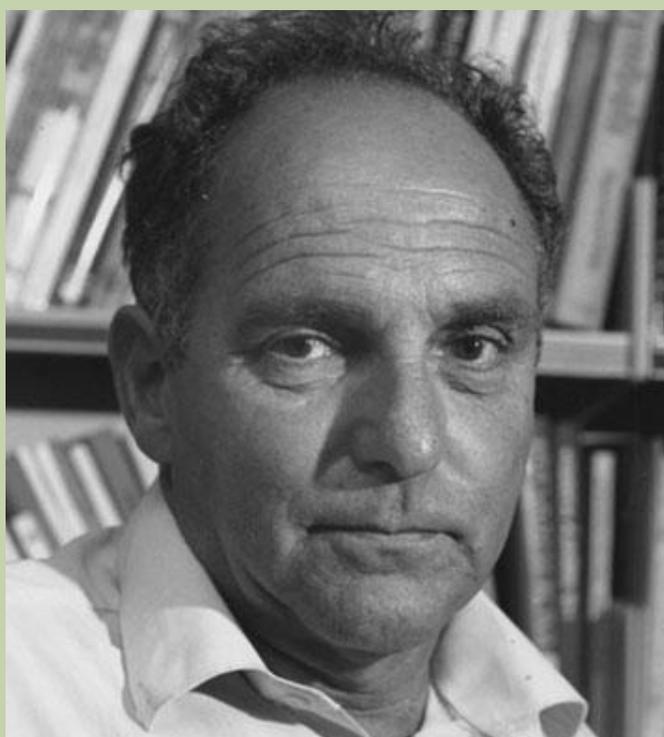
MB: Creio que o truque seja esse – iniciar coisas novas e continuar com as antigas.

IB: Se elas são boas, dizem.

MB: Obrigado, Izabela, por conceder-me essa entrevista. Sei que você não se sentiu tranquila em ganhar notoriedade dessa forma. Você sempre tentou trabalhar nas sombras, mas os membros da ISA amaram ouvir sobre a história da ISA e como ela têm funcionado nesses últimos 25 anos. Pode-se perguntar para qualquer Presidente da ISA, e ele ou ela concordará abertamente o quanto a Associação depende de Izabela Barlinska. Então, em nome de todos os membros da ISA – do presente, passado e futuro – gostaria de oferecer-lhe o mais sincero agradecimento por tudo o que fez e pelo que ainda faz. ■

> Por que o mundo muçulmano sofre de déficit de liberdade, desenvolvimento e conhecimento?

Por Riaz Hassan, do Instituto de Estudos do Sul da Ásia, da Universidade Nacional de Cingapura



Ernest Gellner (1925-1995): "O Islã é, dos três grandes monoteísmos ocidentais, o mais próximo à modernidade."

Em seu livro seminal *Sociedade Muçulmana*, Ernest Gellner afirma enfaticamente: "Por vários critérios óbvios - universalismo, escrituralismo, igualitarismo espiritual, extensão da participação plena na comunidade sagrada, não para um, ou alguns, mas para todos, a sistematização racional da vida social - o islamismo é, dos três grandes monoteísmos ocidentais, o mais próximo à modernidade" (Gellner, 1983: 7). Ele continua a dizer que tivessem os árabes vencido em Poitiers e avançado em conquistar e islamizar a Europa, todos nós estaríamos admirando a obra de Ibn Weber, *A ética Kharejite e o Espírito do Capitalismo*, que demonstraria conclusivamente como o moderno espírito racional e sua expressão nos negócios e na burocracia só poderiam

ter surgido em consequência do puritanismo neo-Kharejite no norte da Europa, e não se a Europa tivesse permanecido cristã, "dada a propensão inveterada de fé em uma visão desordenada do mundo barroca, manipuladora, patronal e quase animista" (Gellner, 1983: 7).

Mas não foi isso que aconteceu. Hoje, qualquer observador teria pouca dificuldade em montar os volumes de dados das Nações Unidas e os Relatórios de Desenvolvimento do Banco Mundial para demonstrar a evolução aguda e os déficits de liberdade no mundo muçulmano. Isto deu origem a um debate contencioso sobre as causas desses déficits. Os culpados identificados por cientistas sociais incluem a teologia e a cultura islâmicas, o petróleo, as instituições e cultura especificamente árabes, o conflito Palestina-Israel, "o terreno deserto e as instituições", a sociedade civil fraca e estatuto subserviente das mulheres.

> Déficit de desenvolvimento

Talvez os debates mais contestados sobre as causas do atraso econômico e do déficit democrático no mundo muçulmano centram-se em se o Islã é a principal causa desses déficits gêmeos. Em relação ao atraso econômico, a evidência mostra que antes do equilíbrio de poder mudar, após a expansão europeia do século 17, o Oriente Médio foi economicamente tão dinâmico quanto a Europa. Comerciantes muçulmanos eram tão bem sucedidos no empreendimento de seu comércio e convictos em levá-lo para cantos distantes do mundo como os seus homólogos europeus. De acordo com o historiador econômico Angus Maddison, no ano de 1000 d.C., o Oriente Médio compartilhava uma porção do Produto Interno Bruto do mundo maior que a da Europa - 10 por cento em comparação com 9 por cento. Em 1700, a participação do Oriente Médio havia caído para apenas 2 por cento e da Europa havia subido para 22 por cento. Entre os estudiosos ocidentais, a explicação padrão para esse declínio é que o Islã era hostil ao comércio e havia banido a usura. Mas essas explicações são insatisfatórias, pois

>>

a escritura islâmica é mais pró-negócios do que os textos cristãos, e em relação à usura, tanto a Torá quanto a Bíblia dizem o mesmo. O Profeta Maomé e sua primeira esposa Khadija eram ambos comerciantes bem sucedidos. Muitos muçulmanos, porém, culpam o imperialismo ocidental por seu atraso econômico. Mas, então, por que fez uma civilização outrora poderosa sucumbir ao Ocidente?

O economista turco-americano Timur Kuran (2011) persuasivamente descarta essas e outras explicações relacionadas. Ele reúne evidências empíricas impressionantes para mostrar que o que retardou o desenvolvimento econômico no Oriente Médio não foram o colonialismo ou a geografia incompatíveis entre o Islã e o capitalismo, mas leis que abrangiam as parcerias de negócio e as práticas de herança. Essas instituições haviam beneficiado a economia do Oriente Médio nos primeiros séculos do Islã, mas por volta do século X, elas começaram a agir como um entrave ao desenvolvimento econômico, retardando ou bloqueando o surgimento de características centrais da vida econômica moderna – como, a acumulação de capital privado, as corporações, a produção em larga escala e as trocas impessoais.

A parceria islâmica, o principal veículo de organização para as empresas das classes de comerciantes muçulmanos, poderia ser encerrada de acordo com a vontade de uma das partes, mesmo iniciativas bem sucedidas foram encerradas com a morte de uma das partes. Como resultado, a maioria das empresas manteve-se pequena e teve curta duração. As parcerias de negócios mais duradouras e bem sucedidas no mundo muçulmano foram operadas por organizações não-muçulmanas. Os costumes de herança impediram a consolidação do negócio porque, quando um comerciante muçulmano morria, sua propriedade era dividida entre os membros sobreviventes da família, o que impedia a acumulação de capital e obstruía empresas de capital intensivo de longa duração. De acordo com Kuran, então, a estagnação organizacional resultante impediu a comunidade mercantil muçulmana de se manter competitiva em relação a seus homólogos ocidentais.

> Déficit democrático

Uma pesquisa do economista de Harvard, Eric Chaney (2011) desmistifica as teorias fundamentadas nos padrões culturais árabes ou islâmicos, no petróleo, no conflito árabe-israelense ou na ecologia do deserto. Chaney mostra que o déficit democrático, cujo reflexo está na prevalência de autocracias no mundo muçulmano-árabe, é real. Mas é produto da influência de longo prazo das estruturas de controle desenvolvidas nos séculos seguintes às conquistas árabes. No século nove, os governantes de toda região começaram a usar exércitos de escravos, em oposição à população nativa. Esses exércitos de escravos permitiram que governantes alcançassem a independência em relação a exércitos civis locais e ajudaram a remover

as restrições ao soberano em sociedades islâmicas pré-modernas. Nesse ambiente autocrático, líderes religiosos surgiram como um único controle sobre o poder dos governantes. Esta configuração institucional histórica que dividiu o poder entre o soberano apoiado por seu exército de escravos e as elites religiosas não foi propícia para a produção de instituições democráticas. Em vez disso, as elites religiosas e militares trabalharam em conjunto para desenvolver e perpetuar o que Chaney chama de equilíbrio institucional “clássico” - que é muitas vezes referido como a lei islâmica - destinado a promover e proteger os seus interesses.

Aparentemente, os líderes religiosos conceberam as “instituições de equilíbrio” para proteger os interesses do público em geral, mas, na verdade, essa configuração institucional lançou uma sombra autocrática através dos séculos. Governantes chegaram a contar com exércitos de escravos para se libertar da dependência de instituições civis. Os líderes religiosos colaboraram com o exército para projetar um sistema que se mostrou hostil a centros alternativos de poder. Essa concentração de poder e a fraca sociedade civil são o legado desse quadro institucional histórico das regiões conquistadas pelos exércitos árabes e que permaneceram sob o regime islâmico de 1100 d.C. em diante.

No entanto, as regiões incorporadas ao mundo islâmico posteriormente, que foram conquistadas pelos exércitos muçulmanos não-árabes, como a Índia e os Balcãs e onde o Islã se espalhou pela conversão (por exemplo, Indonésia, Malásia e África subsaariana), não adotaram esse quadro clássico. Suas instituições continuaram a ser moldadas pelas elites locais, que preservaram sua continuidade política e cultural. Consequentemente, o déficit democrático se manteve um legado duradouro no mundo árabe e em terras conquistadas pelos exércitos árabes que permaneceram sob o regime islâmico de 1100 d.C. em diante. Mas, nos países islâmicos incorporados ao mundo islâmico por exércitos muçulmanos não-árabes ou por conversões, os desenvolvimentos democráticos têm seguido uma trajetória mais progressista.

> Déficit de conhecimento

No último ranking das universidades do mundo, 2012 *Times Higher Education*, não houve sequer uma única universidade dos 49 países de maioria muçulmana, cuja população é de 1,2 bilhões ou 17 por cento da população mundial, que foi listada entre as 200 melhores universidades do mundo. Esse tem sido um padrão recorrente de muitos anos e significa uma grave crise acadêmica e intelectual. Em comparação, os Estados Unidos, com menos de 5% da população mundial, tinha 75 universidades entre as 200 melhores.

Vários fatores podem ser responsáveis por essa crise, o mais importante é que são poucos os recursos alocados

>>

por países muçulmanos em pesquisa e desenvolvimento. Os orçamentos para ciência da Organização dos Países Muçulmanos (OIC) estão perto do piso da liga mundial. De acordo com uma estimativa recente, com base em dados da UNESCO e do Banco Mundial, entre 1996 e 2003, a média anual de gastos com pesquisa e desenvolvimento entre os países da OIC foi de 0,34% do PIB, muito menor do que a média global de 2,36% no mesmo período. Muitos países da OIC, em particular os mais ricos, gastam mais em armamentos do que na ciência ou saúde. Seis dos dez países com maiores gastos militares como parte do gasto público são os países da OIC: Kuwait, Jordânia, Arábia Saudita, Iêmen, Síria e Omã, que gastaram mais que 7% do seu PIB em armamentos. Enquanto a despesa com ciência são algumas das mais baixas, os gastos em educação são os mais variáveis. Malásia, Arábia Saudita, Iêmen, Marrocos, Tunísia e Irã estão entre os 25 países que mais gastaram com educação em 2002 (Butler, 2006).

Segundo o “índice de educação” do Banco Mundial, dos piores resultados em 2002, 15 são de países da OIC, incluindo vários países africanos, Bangladesh e Paquistão. O baixo investimento em ciência e tecnologia também se reflete em baixos resultados científicos, incluindo o baixo número de artigos científicos e de pesquisadores. Em 2003, a média mundial para a produção de trabalhos de pesquisa por milhão de população era de 137. A média da OIC foi de apenas 13. Nenhum país da OIC alcançou a média mundial. Além disso, com exceção da Turquia e do Irã, o número de trabalhos produzidos pelos 24 países da OIC para os quais os dados estão disponíveis, permaneceram estáveis ou diminuíram. A taxa de publicação da Turquia cresceu de cerca de 500 em 1988 para 6.000 em 2003. No caso do Irã, a partir de uma base baixa de menos de 100 artigos por ano, há dez anos atrás esse número havia aumentado para quase 2.000 (Butler, 2006).

Parte da explicação óbvia para essas condições está relacionada a investimentos públicos insuficientes em educação e P&D. Mas uma importante causa para a situação atual também pode ser atribuída a práticas culturais e políticas prevalentes. Países como Coreia, Cingapura, Taiwan, China e Índia deram passos notáveis nas áreas de ciência e tecnologia e estão agora entre as principais economias emergentes. Instituições de ensino superior prosperam em sociedades com sociedades civis robustas e baseada em um pluralismo institucional e ideológico forte o suficiente para contrabalancear e resistir ao poder das instituições centrais do Estado sobre o poder e a verdade. Isso, infelizmente, falta nas sociedades muçulmanas. A maioria delas tem sociedades civis fracas e subdesenvolvidas.

Em muitas sociedades muçulmanas, há outro obstáculo crescente. Elas estão sob pressão crescente dos movimentos religiosos fundamentalistas para impor epistemologias compatíveis com suas versões das doutrinas islâmicas,

que são geralmente hostis ao pensamento racional crítico. Isso sufoca o desenvolvimento de condições propícias para o desenvolvimento e crescimento das universidades ressonantes. Uma sociedade civil robusta é um pré-requisito para o desenvolvimento de países baseados não na tirania das convicções e crenças fortemente arraigadas, mas em uma ordem social baseada na dúvida e no compromisso. Ciência e tecnologia prosperaram somente sob condições que privilegiam o domínio da razão e da natureza.

Na economia do conhecimento da terceira revolução industrial, a criação de riqueza se baseará principalmente na “indústria do cérebro”. Os países da OIC produzem quase nenhuma patente e estão entre os menores exportadores de produtos de alta tecnologia. Essas condições científicas, tecnológicas e intelectuais vão ter amplas repercussões socioeconômicas. A estagnação intelectual dos países muçulmanos ameaça prender parte significativa da humanidade em uma servidão permanente. Há uma grande urgência em criar e nutrir condições para a promoção da excelência acadêmica e para desenvolver estratégias para deter o declínio do ensino superior. Apenas isso garantirá uma sobrevivência digna das futuras gerações de muçulmanos. Esse é provavelmente o maior desafio para os governos dos países muçulmanos atualmente.

Quais são as implicações disso para a Primavera Árabe? É o destino da história? Há alguns estudos otimistas que sugerem que pode ser possível para o mundo árabe escapar de seu passado autocrático. A região passou por mudanças estruturais, como o aumento dos níveis de educação, urbanização e industrialização nos últimos 60 anos, o que a tornou mais receptiva e propícia para a mudança democrática do que em qualquer época anterior. Os levantes da Primavera Árabe que varreram o mundo árabe desde 2011 não têm precedentes na história da região. Isso não impede o surgimento do equilíbrio político em países como Egito e Iêmen, semelhante ao equilíbrio histórico. Por outro lado, países como Turquia, Albânia, Bangladesh, Malásia e Indonésia estão mais propensos a desafiar a história do que os países árabes, mas mesmo aqui a pobreza e a fragilidade das instituições civis permanecem obstáculos à mudança democrática. ■

Referências

- Butler, D. (2006) “The Data Gap: Statistics on scientific investment and performance are lacking across the Muslim world.” *Nature*, vol. 444: 26-27.
- Chaney, Eric. (2011) *Democratic Change in the Arab World, Past and Present*. Harvard University Department of Economics and Brookings Institute.
- Gellner, E. (1983) *Muslim Society*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kuran, T. (2011) *The Long Divergence: How Islamic Law Held Back the Middle East*. Princeton: Princeton University Press.

> Resposta a Hassan: reduzir a complexidade a déficits

Por Mohammed A. Bamyeh, da Universidade de Pittsburgh, Estados Unidos, e Editor da *Sociology Review of Books*



Max Weber (1864-1920). “Desde Max Weber, a questão de como outras populações do mundo não se tornaram como a Europa, apenas tem perdido ao invés de ganhar em clareza conceitual.”

Como deveria ser óbvio para qualquer pessoa, “déficit de liberdade”, “déficit de desenvolvimento” e “déficit de conhecimento” são conceitos bem distintos. Eles também são complexos: como avaliá-los depende inteiramente de como se os define, e isso pode variar significativamente. Discutir qualquer um desses conceitos satisfatoriamente em um único artigo curto é difícil de

se imaginar, muito menos todos eles, com o mesmo fôlego curto, ao longo de dez séculos e cobrindo todo o mundo majoritariamente muçulmano. E, por isso, não surpreende que Riaz Hassan não só não ofereça nada de novo aqui, mas infelizmente confunde a imagem ainda mais. E ele faz isso justamente em um período revolucionário, quando novas perspectivas são mais necessárias, e também possíveis. Afinal, tais perspectivas poderiam projetar-se no rico conhecimento sociológico e antropológico crescente atualmente nas sociedades, movimentos e instituições muçulmanas.

Em vez de fazer referência a essa nova literatura, como seria de se esperar, Hassan revive antigas visões que repetidamente provaram-se esgotadas. Para começar, desde Max Weber, a questão de saber por que outros povos do mundo não se tornaram como a Europa, mais perdeu do que ganhou em clareza conceitual. Essa questão não começa considerando como diferentes sociedades podem ter desenvolvido formas de funcionamento da ordem civil, a partir das quais podemos realmente aprender alguma coisa. Pelo contrário, a questão começa abordando isso como um “problema”

a ser explicado, uma vez que não se é como a Europa. E mesmo se essa fosse considerada uma questão legítima, a resposta possível, como Hassan devidamente observa, pode variar imensamente e, portanto, tem de ser abordada com cuidado, nuance e paciência. Por exemplo, uma vez que os historiadores sociais do mundo muçulmano compreenderam que as leis econômicas islâmicas foram seguidas de diversas maneiras, e foram abertamente violadas, às vezes, com uma licença explícita do próprio estabelecimento religioso, é difícil admitir que Timur Kuran explica adequadamente toda a história da economia islâmica: um simples olhar para o texto da lei islâmica não nos diz como ela foi aplicada (ou não) na prática, dentro de ambientes muito diferentes e em diversos períodos do tempo (para explicações mais sutis e esclarecedoras, ver especialmente Gran, Abu Lughod, Owen, entre muitos outros).

O mundo muçulmano é grande, antigo, complexo e extremamente variado. Aqueles que procuram estudar o mundo empiricamente como uma unidade tendem a descobrir que quanto mais dados são reunidos, mais variados eles parecem. Por exemplo, quando Moataz Fattah (2008) procurou estudar

>>

atitudes muçulmanas em todo o mundo em direção à democracia, ele partiu daquilo, que eu penso, deve ser a premissa inicial, ou seja, que o mundo muçulmano é um número de mundos diferentes. Hassan cita a si mesmo para evidenciar que o mundo muçulmano é diverso e não pode ser tomado como uma unidade coerente para o que ele próprio está a analisar, mas, estranhamente, essa observação não tem efeito em sua análise. Igualmente estranho, ele permanece com a noção de que o Islã está, de alguma forma, ligado ou que é responsável por um déficit de conhecimento, apesar dele mesmo citar duas exceções recentes a essa tendência (Turquia e Irã). Essas exceções permanecem inexplicadas, como tudo no esquema de Hassan, que não suporta grandes afirmações, porém, simplistas, em última análise.

E quando temos evidências muito substanciais que mostram que o colonialismo foi um ponto de virada fundamental em que as perspectivas econômicas mudaram decisivamente, não apenas dos muçulmanos, mas de todo o mundo colonial, em direção da Europa, Hassan simplesmente cita com aprovação, sem qualquer discussão, aqueles autores que negam que o colonialismo deve ser responsabilizado por algo. Quando outra evidência mostra uma divergência dentro do mundo muçulmano em relação às perspectivas democráticas, Hassan explica essa divergência ao endossar outra tese altamente problemática de Eric Chaney: o déficit democrático entre os muçulmanos está lastreado na cultura política árabe e nas estruturas sociais árabes.

Surpreendentemente, essa tese (comprovada por uma narrativa histórica truncada que pode, na verdade, ser lida no sentido oposto da leitura de Chaney feita por Hassan) é mencionada como uma explicação suficiente para a falta de democracia árabe, justamente em um momento em que o mundo árabe está testemunhando a maior revolução democrática na história moderna!

Também é mencionado, sem qualquer consideração das pesquisas sobre a opinião pública global a respeito das atitudes democráticas feitas desde 2001, que tendem a mostrar a afinidade geral dos muçulmanos para os atributos básicos associados à democracia. Por exemplo, uma série de pesquisas Gallup, que cobriram países de maioria muçulmana, que abrigam 80% dos muçulmanos do mundo, mostrou um forte apoio a conceitos como liberdade política, liberdade, sistemas judiciais justos, e liberdade de expressão, e que, na maioria dos indicadores-chave, as atitudes dos muçulmanos em relação à democracia e à liberdade diferia pouco, principalmente, em relação aos entrevistados nos Estados Unidos (ver Esposito e Mogahed, 2008). Todas essas evidências são ignoradas, em favor de um suporte empírico pobre para proposições mal definidas.

No geral, quando se procura explicar as condições modernas em termos de tradições históricas, deve-se ser excepcionalmente cuidadoso, de maneira que não está evidente aqui. Aqueles que viveram no século 13, por exemplo, dificilmente poderiam ser responsabilizados por sua falta de compromisso com os valores liberais como os entendemos hoje. Mas eles poderiam ser analisados em termos do que funcionou para eles. Até a modernidade (que, todavia, periodicizamos), a questão da ordem social para os muçulmanos e para os não-muçulmanos era uma questão de sistemas de obrigações mútuas que haviam evoluído ao longo dos séculos, para os quais o Estado era muito menos central do que é hoje (ver, por exemplo, Lapidus, 2002). Dessa maneira, o fato de que determinado grupo, por exemplo, estudiosos religiosos, ocupavam um papel-chave em antigas culturas cívicas não é algo que pode ser significativamente discutido em termos de democracia moderna. Ele pode ser significativamente discutido em termos de como os muçulmanos cultivaram culturas cívicas, flexíveis e múltiplas que organizaram a vida

social em diferentes circunstâncias e períodos de tempo.

Se a história desempenha um papel em toda nossa análise, precisaríamos de uma sociologia histórica rica e não de fórmulas simplistas. O passado iria mostrar como os muçulmanos sempre se esforçaram para dar sentido à sua vida social em ambientes muito diferentes, e também como eles têm cultivado um senso “convival” (como Olivier Roy chamou) da própria religião. A religião de convívio incluiu liberdades importantes e a aceitação de uma diversidade de princípios, ao invés de tradição uniforme. Os muçulmanos não precisam aprender sobre o pluralismo, por exemplo, da Europa. Mas este princípio, juntamente com outras liberdades associadas à tradição de convívio, que tinha sido a norma em todos os lugares há séculos, entrou em desuso precisamente quando a Europa chegou aos muçulmanos, na forma das “modernas” administrações coloniais, que tiveram êxito por meio de fortes estados pós-coloniais. Esse autoritarismo é moderno, não antigo.

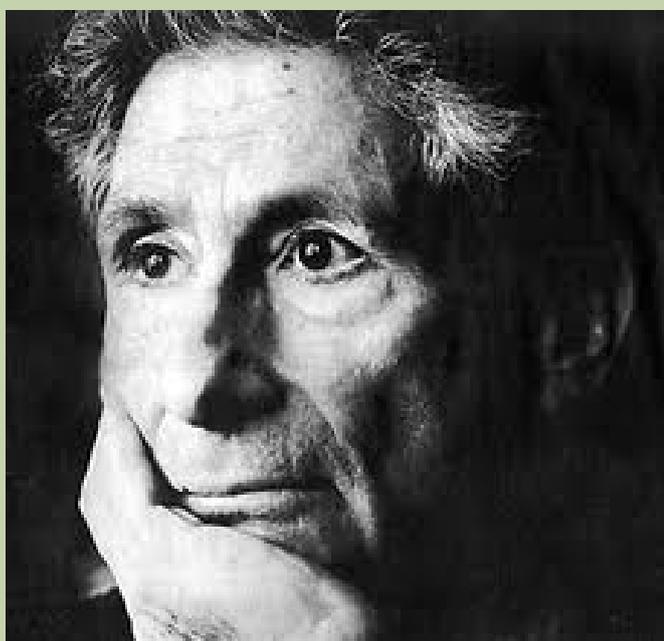
Entender esse quadro histórico rico nos daria uma sociologia histórica significativa, que também tem alguma influência sobre as atitudes presentes. Mas nada é menos esclarecedor que denunciar o passado por não ter desenvolvido uma cultura democrática, por não ter nos preparado para isso, ou por não os ter tornado como os europeus cedo o suficiente. ■

Referências

- Abu-Lughod, J. (1989) *Before European Hegemony*. New York: Oxford University Press.
- Esposito, J. and Mogahed, D. (2008) *Who Speaks for Islam? What a Billion Muslims Really Think*. New York: Gallup Press.
- Fattah, M. (2008) *Democratic Values in the Muslim World*. Boulder: Lynne Rienner.
- Gran, P. (1979) *Islamic Roots of Capitalism: Egypt, 1760-1840*. Austin: University of Texas Press.
- Lapidus, I. (2002) *A History of Islamic Societies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Owen, R. (1981) *The Middle East in World Economy: 1800-1914*. London: Methuen.

> Resposta a Hassan: Os Limites do “Orientalismo”

Por Jacques E. Kabbanji, Universidade Libanesa, Beirute, Líbano



Edward Said (1935-2003). “Como Said formula[...] o Ocidente permanece no lado da modernidade, enquanto o Oriente está em conflito com suas religiões (o Islã em particular) e sua história.”

Desde o final de 2010, insurreições populares surgiram em áreas rurais e urbanas e se espalharam em muitos países árabes. Embora seja ainda difícil prever seus resultados finais, uma coisa se torna clara: elas expressam a determinação das populações no mundo árabe em rejeitar o despotismo e autoritarismo como destino. Elas também expressam, ao menos em parte, a afirmação de um ator político comum: o “povo”. Ainda que a espontaneidade seja uma característica destes levantes, eles são também distintos em sua “massividade” social e política. Assim, o “povo” emergiu de um “estado de impotência” para o que eles têm sido condenados por muitas sociedades acadêmicas árabes. Isto, entre outros, constitui um desafio para as mais enraizadas tradições acadêmicas no estudo do Islã e das sociedades árabes.

Desde o início dos anos de 1960 estas tradições foram rotuladas de “Orientalismo”. Embora este termo tenha se difundido com a publicação de Edward Said, *Orientalismo* em 1978, a ideia remonta a 1963 quando Anwar Abdel-Malek publicou o artigo pioneiro com o título “*Orientalismo em crise*”. O Orientalismo aponta para uma atitude intelectual que aborda as sociedades orientais numa perspectiva ocidental. Sua história e presente são entendidos e analisados como excepcionais e autogeradores. Como Said formula isto, o Orientalismo marca a diferença entre o ocidente e o oriente em termos culturais e essencialistas. O ocidente está no lado da modernidade, enquanto o oriente está lutando com suas religiões (Islã em particular) e sua história.

Ernest Gellner e Bernard Lewis, dois analistas proeminentes que estudaram o Islã e as sociedades muçumanas, representam esta visão Orientalista das sociedades árabes. Em suas visões, a cultura islâmica (e ideologia) e a história peculiar do Islã são cruciais para compreender a “sociedade muçumana”, fazendo com que ambas pareçam ser únicas. Lewis, por exemplo, é inequívoco em seu julgamento: “*Muitos remédios foram tentados – armas e fábricas, escolas e parlamentos –, mas nenhum alcançou o resultado desejado. Aqui e ali eles trouxeram algum alívio, e até mesmo – para alguns elementos da população – algum benefício. Mas eles falharam em remediar ou ainda deter o desequilíbrio deteriorado entre islã e o mundo ocidental*”¹. De acordo com Gellner, a sociedade muçumana é um estado fraco com uma cultura forte.

A percepção das sociedades muçumanas é, portanto, baseada numa abordagem específica: aquela que usa a religião em si, islã no caso, como conceito-chave na análise dessas sociedades. A mesma abordagem não é aplicada a sociedades não-muçumanas porque elas não são definidas por sua “identidade” religiosa. Assim, no

>>

discurso acadêmico um é menos propenso a encontrar “sociedades cristãs” ou “sociedades budistas” como categorias analíticas, exceto em etnografias particulares. A verdade desta redução das sociedades muçumanas à religião requer evidência comparativa. Além do mais, Weber, que inspirou muitos acadêmicos em sua abordagem da sociedade e religião, diz especificamente que nenhuma economia ética jamais foi determinada somente pela religião. Por que, então, esta regra é aplicada somente em sociedades outras que não sociedades muçumanas?

Tendo mostrado a inadequação da visão “essencialista” ou “orientalista” ainda temos que questionar o que impede as sociedades “muçumanas” de alcançar o turno da modernidade? Este é geralmente o ponto de partida para abordagens que veem o desenvolvimento como linear: se o capitalismo industrial obteve sucesso no ocidente (e outras sociedades também) então por que não teve êxito nas sociedades muçumano-árabes?

Para responder esta questão alguns estudiosos usam a resposta fornecida pelas organizações internacionais. Assim, de acordo com Hassan, o “atraso econômico” e o “déficit democrático” são encontrados especialmente em sociedades árabes. O atraso econômico não se deve ao colonialismo, geografia ou incompatibilidade, mas à “lei islâmica” em matéria de parceria e herança. Mas então, devemos nos perguntar, por que as mesmas sociedades que começaram a aplicar leis positivas desde o século XIX, no caso do império otomano (Turquia) e, em menor grau, Irã, e no século XX para outras sociedades, também não conseguiram superar esse atraso?

Voltando ao “déficit democrático”, Hassan afirma que ele é produto de estruturas de controle desenvolvidas nos séculos seguintes às conquistas árabes. Por isso, “esta concentração de poder e sociedades civis fracas são o legado duradouro deste quadro histórico institucional” (Chaney, como citado em Hassan). Este argumento tem seus problemas. O primeiro deles, a história recente não ajuda. Desenvolvimento nos grandes casos históricos não foi primeiramente o produto de estruturas democráticas ou de uma “sociedade civil robusta”. Contrariamente ao que fomos informados, a Coréia do Sul, assim como o Brasil (e a Turquia em certa medida), foram forçados a passar pelo processo de industrialização sob regimes ditatoriais, com grande custo na vida e nos direitos dos trabalhadores. Ademais, o que podemos dizer da China? Ela se encaixa na perspectiva “ocidental” de “sociedade civil e democrática” como condição *sine qua non* para o desenvolvimento?

Em segundo lugar, a “tirania de convicções e crenças fortemente arraigadas” não comprometem o “desenvolvimento ou modernidade”. Basta olhar para o que está acontecendo no campo do “conhecimento e do ensino superior” em países árabes. Universidades americanas, ou pelo menos o *curriculum* e as formas de ensino americanas, estão crescendo em todas as regiões árabes. O inglês americano é língua hegemônica e o sistema de valores hegemônico. Tudo isto está acontecendo dentro de estruturas não-democráticas de poder e de tirania de crenças rígidas. Além disso, o islã, como religião e como ideologia, parece coexistir bem com este estado de coisas.

Obviamente o islã é central à percepção de mundos “muçumanos” e árabes. Mas, infelizmente, é visto principalmente como uma ideologia. Assim, em vez de permitir uma abordagem imparcial para estudar a sociedade isto se transforma num obstáculo. Metodologicamente falando, o mundo árabe é parte de um sistema global que não admite base estritamente nacional para o desenvolvimento. Isto levou à irrupções “revolucionárias” de baixo: mercados abertos, ideias circulando mais ou menos livremente, homogeneização de instituições e locais de trabalho. Qualquer processo de desenvolvimento dentro deste sistema é limitado e o islã pode ser mobilizado por poderes políticos e econômicos para justificar a existência e a persistência desses limites – poder que também determina a forma como o islã está presente no mercado, bem como na esfera pública. Por outro lado, as revoltas árabes têm mostrado que as principais demandas populares não têm necessariamente significado religioso, isto é, islâmico. Ao contrário, as principais demandas democráticas, políticas e econômicas expressam uma clara preferência por um estado secular que produza justiça social. É por isso que a tentativa de “islamização” do período pós-insurreições é paradoxalmente feita em nome de uma justiça social e reforma econômica em vez da total aplicação da lei islâmica. As revoltas liberaram o desejo político de pessoas comuns, abrindo um novo terreno para novos desafios. Como cientistas sociais, temos que aperfeiçoar nossas ferramentas analíticas em relação às antigas, especialmente aquelas fornecidas pelo Orientalismo, que já demonstraram sua inadequação. ■

¹ Lewis, B. (2002) *What Went Wrong?* New York: Oxford University Press, pp.151-2.

> A Questão de gênero na Rússia Contemporânea

Por Anna Temkina, da Universidade Europeia de São Petersburgo, na Rússia



O grupo feminista punk, Pussy Riot, realiza performance de uma prece punk anti-Kremlin no altar of Catedral de Cristo Salvador de Moscou.

Ao longo das duas últimas décadas, pesquisadores e ativistas têm discutido se é apropriado usar o termo “gênero” no contexto russo. Muitas vezes, eles se viram em um beco sem saída, tentando entender o que poderia ser a agenda de gênero, já que as mulheres russas geralmente não são discriminadas, o aborto é legal, as mulheres têm independência econômica e contam com apoio social. Existe até uma certa representação política das mulheres. Claro, ainda há muitos problemas, mas em geral, para a maioria das pessoas, estes são problemas pessoais, ou seja, não são questões simultaneamente políticas.

>>

No entanto, ao longo do ano passado, a agenda de gênero assumiu uma nova e ameaçadora forma e estamos, portanto, interessados no que isso significa, e porque está acontecendo. Note-se, no entanto, que até agora isso não chegou ao conhecimento do público..

> **A Ameaça Moral da Igualdade de Gênero**

Em primeiro lugar, então, o termo “gênero”. De modo discreto, como muitos especialistas desconhecem, “gênero” vem silenciosamente sendo inserido no discurso político. E não apenas em áreas nas quais ele parece ser mais relevante, por exemplo, na discussão da legislação em torno da igualdade de gênero. Mais significativamente, o gênero foi inserido onde não se esperava e não foi muito percebido, ou seja, no discurso religioso. Além disso, assumiu uma conotação bastante negativa, como um símbolo do estrangeirismo e do Ocidente. Foi visto como uma ameaça e um desafio.

Isso se manifestou durante a discussão na Duma sobre a lei relativa à Igualdade de Gênero. Esta lei, que provavelmente será adotada no momento oportuno, atraiu pouca atenção e teve pouca influência, mas nos círculos religiosos foi vista como uma grande ameaça. A igualdade não é rejeitada, mas, assim dizem as autoridades religiosas, decidir sobre a questão de gênero não é apropriado para uma competência jurídica. Então eles consideram “gênero” uma ameaça, ainda que a lei, se aprovada, tivesse pouca influência e só fosse aplicada de forma voluntária..

O que é, então, esta ameaça que o “gênero” apresenta, conceitualmente e na prática? Na segunda década do século XXI, por que e para quem a igualdade de gênero é tão perigosa, quando se tem sido o padrão em muitos (mas não todos) os setores da sociedade russa? Ironicamente, a igualdade de gênero tornou-se uma questão política, não porque ainda não a seja (embora isso também seja verdade) e alguém tenha que lutar por ela, mas porque as forças que a consideram como uma ameaça moral transformaram-na em uma questão política.

> **Políticas simbólicas de restrição ao aborto**

Em segundo lugar, no final de 2011, houve uma discussão, despercebida pelo público em geral, sobre alterações à Lei de Proteção à Saúde, destinada a limitar significativamente o acesso ao aborto. Isto fez com que algumas organizações feministas lançassem uma campanha na internet e até mesmo a levassem às ruas. No fim das contas, a maioria das alterações foi rejeitada, embora as razões para isto não estejam totalmente claras. Certamente, um grupo de manifestantes com cartazes não poderia ter tanta influência política. A discussão sobre as modificações foi difícil - houve muita irracionalidade, incoerência, moralização e ambiguidade terminológica. Demógrafos, sociólogos e médicos explicaram, mais uma vez, que a redução do

número de abortos tem mais êxito através da promoção de contraceptivos modernos, em vez da proibição. Mas isto não é novidade.

A agenda de gênero – e a questão do aborto está no centro dela, com foco na colisão dos direitos das mulheres e os direitos do nascituro, bem como na colisão entre responsabilidade e controle público e privado - ganha cada vez mais poder simbólico, mas também o potencial cada vez maior de consequências concretas. Tais leis sobre aborto têm dimensões econômica e social, com diferentes consequências para as diferentes classes. As camadas mais baixas da sociedade são muito mais afetadas por tais leis do que as camadas mais altas, que estão mais acostumadas a fazer uso da contracepção e, em todo caso, sempre poderão pagar por um aborto. Ainda assim, a controvérsia sobre o aborto é mais um forte item na “agenda de gênero”. Desta forma, em setembro de 2012, os parlamentares de São Petersburgo discutiram possíveis alterações à Constituição que dotariam os embriões humanos de direitos humanos.

> **Equiparando homossexualidade e pedofilia**

Em terceiro lugar, há a lei que proíbe a publicidade que promova a homossexualidade e pedofilia entre pessoas abaixo dos 18 anos. De acordo com esta lei, o apoio à pedofilia é visto na mesma perspectiva de se apoiar a homossexualidade. O Orgulho Gay é um exemplo de divulgação da homossexualidade, que deveria ser proibido. Assinada em algumas regiões, inclusive em São Petersburgo, em 2012, esta lei sofre da mesma falta de lógica e das mesmas ambiguidades terminológicas, como nos dois casos anteriores. Não parece estar bem fundamentada juridicamente e provocou discussão e protestos na *Internet*.

O mais importante é que ela possui um significado simbólico. Talvez a lei nem possa ser aplicada, mas ainda assim pode trazer sérias consequências práticas. Foi bem projetada para estigmatizar pedófilos e homossexuais, os equiparando a corruptores de crianças. Na prática, ela cria possibilidades para processar certos grupos homossexuais ou LGBT politicamente “não-confiáveis”. Ao mesmo tempo, tal lei complica a luta concreta contra as questões complexas e reais que envolvem pedofilia e violência. Isso indica que os partidários da lei não estão bem versados no assunto, nem em pesquisa científica relevante. Não há razão para que a lei seja aprovada agora, nem nessa versão particular; isso lembra como eram feitas as leis da era Stalin, ainda que de forma mais branda. Ela não gera nenhuma mobilização ou interesse do público de maneira mais ampla.

> **Da lei irracional à coerção estatal**

>>

A promoção de uma “agenda de gênero” através dessas leis cai em um padrão familiar. Assim, podemos recordar as tentativas anteriores da Comissão Estatal de Infância, Maternidade e Família, para recriminar a união civil. Desse modo, sexualidade, reprodução, igualdade, se tornam ameaças de gênero. Mas, por quê? E para quem? O que é tudo isso? Diz respeito à redução do número de abortos ou sua condenação? Será que é para fortalecer a família ou é o objetivo de que a mulher regresse à família, limitando suas outras opções? É para desenvolver uma política social pragmática, através da qual muitas mulheres podem dar à luz a mais filhos? É a ideia de eliminar a pedofilia? É a ideia de levar em conta a complexidade do mundo, a ineficácia e impossibilidade de soluções simples? Existe uma tentativa de envolver especialistas e organizar debates públicos? Ou é forjando uma arma simbólica discursiva, sem a preocupação de proporcionar recursos ou com as consequências materiais? Tal arma simbólica exige apenas argumentos morais a respeito da espiritualidade e das especificidades russas, e as proibições legais, em seguida, se executam “automaticamente”. Falta uma lógica mínima de argumentos jurídicos sólidos.

Onde argumentos não são suficientes, a força preenche o vácuo. A formulação do “gênero” como um Outro ameaçador, algo sombrio, nebuloso, vago, sem limites, justifica uma reação que também é ameaçadora, sombria e obscura. A força (tal como a lei) pode ser aplicada seletivamente. Temos muitas experiências desse tipo em nossa história.

Em 2012, um coletivo feminista de punk-rock, *Pussy Riot*, que encenou performances políticas provocativas em Moscou, entrou para a cena política e foi alvo de muita oposição – o secular versus o religioso, tradição versus o pós-moderno e o feminismo, e até mesmo se apresentando em oposição a Putin. Elas levantaram questões sobre quem, o quê e como punir, e sobre os limites para o uso da força.

Um conjunto paralelo de contradições, com significado político oposto, já pode ser encontrado no discurso espiritual e religioso. Na verdade, ele estava presente nas discussões de todas as três leis referidas acima, mas isso passou despercebido pelo público. A ação do *Pussy Riot*, no entanto, foi muito mais visível e foi recebida com reações extremas na imprensa e rejeição pública a este coletivo de punk-rock. As três integrantes do coletivo foram condenadas por vandalismo e a dois anos de prisão. A força prevalece onde os argumentos são inadequados e, o mais importante, na ausência de limites claros para a influência das instituições religiosas em um Estado laico - especificamente, limites às suas influências sobre as políticas sociais, no que diz respeito à saúde pública, reprodução, gênero e sexualidade.

> Por uma política de gênero legítima

Na Rússia, vários estudos têm mostrado que os efeitos das atuais políticas sociais de amparo às mães são muito frágeis (incluindo as políticas demográficas que oferecem incentivos financeiros para um segundo filho, com o objetivo de aumentar a população) e, além disso, que não atendem às necessidades reais das jovens mães e suas famílias. As mulheres criticam o governo pela desorganização relativa à saúde reprodutiva e aos cuidados infantis, bem como pela educação para os seus filhos. Assim, tendo saído há muito tempo da esfera do trabalho assalariado, ou se recusam a ter filhos (ou, pelo menos, mais de um), muitas mulheres, sozinhas ou com sua família, gastam muito tempo lutando contra a burocracia para receber o apoio adequado para seus filhos. No futuro, elas, assim como suas mães, terão que enfrentar sozinhas o problema de cuidar de seus parentes idosos e doentes. Elas não recebem e não há expectativa de apoio adequado via Estado, embora, paradoxalmente, elas não perdem a esperança de uma compensação. Elas estão muito conscientes de sua situação, mas a questão é saber se elas a percebem em termos de desigualdade de gênero, e sob que condições elas podem problematizar sua contínua dependência em relação ao Estado, companheiros e rede familiar.

Até agora, o descontentamento em massa dos habitantes das cidades modernas não tem sido articulado ao caráter de gênero dos problemas sociais e da política social. Está claro que a solução potencial para problemas tão complexos e recursos intensivos requer uma forte e sólida política social e familiar (ou seja, de gênero), e participação efetiva dos cidadãos na tomada de decisões. Mas, as jovens da cidade, que não confiam no Estado e não querem depender dele, no entanto, ainda dependem de suas políticas sociais, na tentativa de equilibrar trabalho e maternidade.

Enquanto tais políticas não constituem uma nova agenda e não anunciam nada de novo – isto é, enquanto políticas que não levam em conta os interesses e representação de diferentes grupos -, é possível intervir apenas em áreas selecionadas (transferindo o apoio entre os diferentes grupos ou diferentes questões, como no caso da demografia familiar), moralizar (no caso da homossexualidade ou do aborto), ou usar a força (como no caso *Pussy Riot*). Uma política anti-gênero está aos poucos, mas certamente, sendo formulada em cada queda da taxa de natalidade, nos altos índices de aborto, na instabilidade familiar, na homossexualidade e direitos das minorias como sendo culpa do “gênero”, um conceito traiçoeiro atribuído às influências ocidentais e seus defensores russos. ■

> Perspectivas para Sociologia pública na Ucrânia

Por Lidia Kuzemska, Universidade de Lviv, Ucrânia



Experientes sociólogos ucranianos na Conferência de Sociologia Pública na Academia Nacional de Kyev-Mohyla. Da esquerda para a direita: Svitlana Oksamytna, Valeriy Khmelko, Volodymyr Paniotto (em pé), Andrii Gorbachyk, Evgeni Golovakha (falando), e Iryna Bekeshkina.

Tive sentimentos mistos depois que deixei a conferência sobre dilemas da sociologia pública na Ucrânia, organizada pela Academia Kvyuv-Mohyla, em conjunto com a Universidade Nacional de Taras Shevchenko, ocorrida em 28 de maio de 2012 e tendo o Presidente da ISA, Michael Burawoy, como um dos palestrantes. Ele introduziu brevemente seu bem conhecido modelo de quatro tipos de sociologia, destacando a importância da sociologia pública como um meio para a sobrevivência da sociologia. O professor Burawoy apontou que a sociologia pública torna os sociólogos e a sociologia respeitáveis para a sociedade. Consequentemente, também confere legitimidade à sociologia, trazendo questões importantes para o debate público. Em suma, a sociologia pública assume, de um lado, que existem sociólogos que querem compartilhar seu conhecimento, e, de outro, que existem públicos prontos a escutar (e até usar) a sociologia.

O painel seguinte juntou sociólogos ucranianos de importância e uma colega russa, Elena Trubina. Eles debateram a questão: “O que significa praticar a sociologia pública na Ucrânia?”, convergindo em um entendimento comum sobre os obstáculos existentes, embora tenham divergido quanto ao prognóstico sobre o futuro da sociologia pública. No que tange às dificuldades, todos

os palestrantes notaram que a sociologia ucraniana carece de responsabilidade e legitimidade. A nítida predominância da sociologia pública vista como fonte de ganho monetário limita sua responsabilidade a políticas mais amplas, enquanto ela é frequentemente percebida como a simplificação da ciência para um público largamente indiferente. Além disso, poucas habilidades de fala em público e uma linguagem complicada estabelecem o contato entre sociólogos e públicos – por exemplo, com jornalistas que precisam de respostas curtas e rápidas –, bastante exigidas de ambos os lados. Como resultado, o público não é informado nem interessado nas realizações da sociologia ucraniana, que não possui a confiança ou legitimidade para obter apoio financeiro ou moral.

Foi desafiador deixar de concordar com tamanho pessimismo, mas fui ratificado por aqueles que efetivamente praticam a sociologia pública na Ucrânia. Entre eles, podemos encontrar sociólogos respeitados e experientes como Evgeni Golovakha e Iryna Bekeshkina, que contribuem frequentemente para a televisão e para periódicos, assim como pequenos pesquisadores, como aqueles da Academia Kyiv-Mohyla, que publicam a revista *Spil'ne* (“Os Comuns”) e viajam pelo país para discutir seus artigos com públicos variados. Sua atividade prova que a sociologia pública na Ucrânia existe de fato. No momento, contudo, restringe-se basicamente à iniciativa de indivíduos e pequenos grupos, e se beneficiaria de uma maior visibilidade e de um envolvimento mais amplo, especialmente por gerações mais novas de sociólogos. A abertura e visibilidade da sociologia, assim como a utilidade de seus resultados para diferentes públicos, são necessárias para o desenvolvimento da sociologia na Ucrânia. De outra forma, ficará emperrada com limitados recursos financeiros e humanos.

Podemos (e portanto, devemos!) mudar a imagem de nosso país, falando e trabalhando com os públicos e seus problemas do mesmo modo que médicos procuram descobrir processos latentes escondidos das aparências cotidianas – para nos apropriarmos da metáfora do professor Yuri Yakovenko. Utilizando novas tecnologias, ideias criativas e iniciativas juvenis, a sociologia pública na Ucrânia pode avançar. Vamos torcer para que essa conferência nos leve a essa direção. ■

> O descontentamento do inverno da Romênia

Por Catalin Augustin Stoica e Vintila Mihailescu, Escola Nacional para Ciências Administrativas e Políticas (SNSPA), Bucareste, Romênia



Manifestantes na Praça Universitária, centro de Bucareste, Janeiro, 2012.
Foto por Vlad Petri.

políticos.

Em 2010 e 2011, sindicatos e outras organizações da sociedade civil protestaram contra as políticas de centro-direita do governo, mas falharam na tarefa de produzir uma mobilização significativa na população romena até o início de 2012. Em janeiro de 2012, por mais de três semanas, milhares de romenos tomaram as ruas de Bucareste e de cinquenta outras cidades para protestar contra a renúncia de Raed Arafat, um médico romeno de origem palestina que ajudou a constituir o Serviço Móvel de Emergência para Ressuscitação e Libertação (SMURD, na sigla em romeno) nacional - um serviço reconhecido como exemplo de serviço de qualidade em um nível europeu. O Dr. Arafat renunciou após uma controvérsia televisionada com Traian Basescu, o Presidente da Romênia. O último apoiou a adoção de um anteprojeto de uma nova legislação de saúde, que promoveria a privatização do sistema nacional de emergência médica. Os protestos pegaram de surpresa a antiga coalizão governamental, a oposição política e especialistas da área, já que a maioria deles acreditava que “a polenta nunca explode”. De acordo com o *The Economist* (“Protestos na Romênia: a batalha de Bucareste”, 16 janeiro de 2012), trata-se da “frase gnômica que os romenos utilizam para descrever a típica atitude de aceitação resignada do país”.

O espectro da crise financeira global foi amplamente ignorado pelos políticos romenos, que estavam ocupados com suas campanhas para as eleições gerais e presidenciais de 2008 e 2009. Ainda assim, no início de 2010, a Romênia encarava o colapso econômico. Para evitá-lo, o governo e o Presidente Basescu apelaram para o FMI e a União Europeia, que emprestaram fundos à Romênia sob condições bastante rigorosas. Contra pano de fundo, o governo romeno de centro-direita adotou, em maio de 2010, uma série de medidas de severa austeridade: os salários de servidores públicos foram cortados em 25%, algumas pensões foram taxadas, benefícios sociais foram cortados, o imposto sobre o valor acrescentado aumentou de 19% para 24%, e milhares de funcionários do Estado foram demitidos. A crise econômica, combinada com as medi-

das de austeridade, devastou o setor privado romeno e afastou potenciais investidores estrangeiros.

Durante esse período de dificuldades econômicas, ressurgiram doenças antigas e presumidamente esquecidas. A despeito de algumas mudanças importantes no modelo legal de combate à corrupção, a maioria dos romenos ficou (novamente) insatisfeita com a corrupção amplamente difundida em instituições políticas e estatais. Relatos da mídia e relatórios de organizações não governamentais revelaram numerosos acordos obscuros (e muitas vezes bem escandalosos) entre oficiais nacionais ou locais (eleitos) e empresários conectados politicamente (os assim chamados “*smart guys*”). Adicionalmente, empresas privadas renovaram suas denúncias públicas sobre os comportamentos predatórios e lobistas de oficiais públicos e outros

E a impressionante força policial acionada para controlar os manifestantes.
Foto por Vlad Petri.



O afastamento de Raed Arafat foi o evento desencadeador, mas as demandas dos manifestantes foram direcionadas um número amplo de questões: as medidas de austeridade adotadas pelo precedente governo de centro-direita; a crise econômica em andamento; a percepção de uma corrupção generalizada entre os políticos; a alegada indiferença da coalizão governamental precedente sobre as necessidades e dificuldades do povo. Por uma série de razões, alguns analistas locais e estrangeiros julgaram esses protestos como a versão romena do movimento *indignados*: Primeiramente, os temas do descontentamento romeno eram muito diversos, variando das pensões ao sistema de saúde, direitos das mulheres aos benefícios de apoio à criança, salários e questões ambientais. Em Segundo lugar, as manifestações foram apoiadas por manifestantes de diversos contextos sociais. Na praça da Universidade de Bucareste e em outras cidades, as multidões de manifestantes incluíram aposentados, universitários, desempregados, empregados de multinacionais, arruaceiros de torcidas organizadas de futebol (ou os chamados “ultras”), professores universitários de alta reputação, feministas, apoiadores de partidos populistas e/ou de extrema direita, radicais de esquerda, *hipsters* e sem tetos. Em terceiro, os principais meios de mobilização foram a *internet*, redes de telefonia celular e a televisão. Em

quarto, algumas das questões de descontentamento tiveram um caráter global ou transnacional (ex: assuntos ambientais, direitos das mulheres, políticas do FMI e o comportamento irresponsável de instituições financeiras). Em quinto, alguns dos temas de descontentamento foram emprestados diretamente do arsenal simbólico dos movimentos indignados e *Occupy Wall Street*. Acima de tudo, na Romênia, assim como em outras partes do mundo, os manifestantes se uniram pela crítica explícita e pela rejeição a todos os políticos atuais.

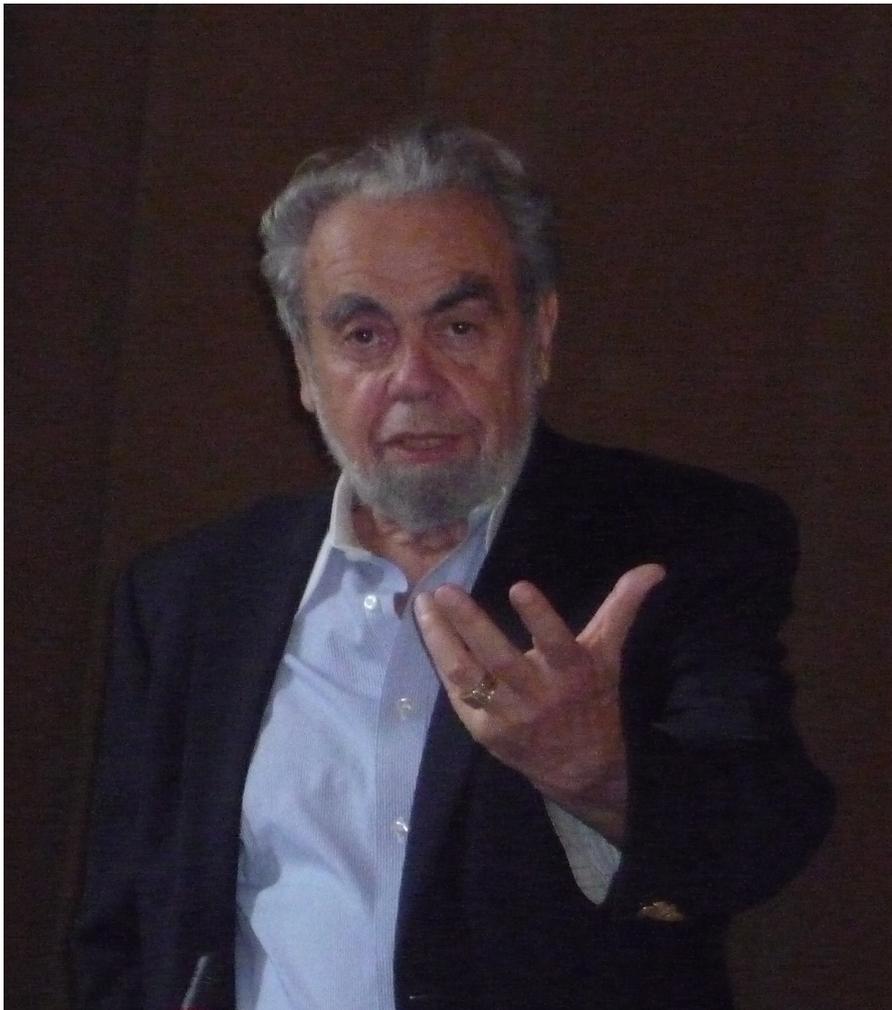
Figuras do alto escalão do governo anterior de centro-direita buscaram minimizar a importância desses eventos e insultaram os manifestantes chamando-os de “moradores de favelas incapazes e violentos”, “vermes” ou “indivíduos neuróticos”. Até o fim de janeiro, porém, o Primeiro-Ministro Emil Boc renunciou, o plano de uma nova legislação de saúde foi retirado, o Dr. Arafat foi reintegrado como um subsecretário de Estado no Ministério da Saúde, e o novo governo anunciou sua tentativa de aumentar os salários dos empregados do setor estatal. O novo governo de centro-direita durou apenas alguns meses, e eventualmente caiu graças a uma moção de censura entregue pela oposição. Apesar de, sob uma perspectiva quantitativa, os protestos romenos serem confiados a um número bem menor de pessoas,

em comparação com a Espanha o impacto dessas manifestações foi extremamente poderoso. De acordo com alguns analistas, os eventos de janeiro de 2012 marcaram o início de uma nova era de participação cívica na Romênia.

Em conjunto com outros colegas romenos (sociólogos, antropólogos, e analistas de mídia), nós editamos um livro sobre os protestos de janeiro de 2012 – *O inverno de Nosso Descontentamento: Os Protestos Romenos de Janeiro e Fevereiro de 2012*. Alguns podem alegar que é muito cedo para conduzir uma análise em profundidade sobre os eventos de janeiro de 2012. Argumentamos, porém, que não é cedo demais para uma abordagem da sociologia pública sobre os protestos romenos recentes. Contra esse pano de fundo, nosso volume visa alcançar uma ampla audiência ao prover análise sociológica de questões públicas e uma plataforma de diálogo para aqueles que testemunharam e os que foram envolvidos pelos recentes protestos. Não fizemos quaisquer esforços para tecer “conclusões gerais” sobre esses eventos, mas, seguindo as linhas da sociologia pública de Michael Burawoy, nossa meta foi simplesmente oferecer diferentes pontos de vista e opiniões sobre as manifestações. Leitores interessados nesse volume podem consultar o website <http://www.proteste2012.ro/en.html> em inglês. ■

> Sociologia Romena além da Globalização

Por Ioana Florea, Universidade de Bucareste, Romênia, e Delia Badoi, Universidade de Bucareste, Romênia, e EHESS (École des Hautes Études em Sciences Sociales) Paris, França



Michael Cernea, George Washington University (EUA), retorna à Romênia para receber um prêmio de distinção por suas contribuições à sociologia durante a sua vida.

seguinte: o que os pesquisadores podem realmente fazer com o conhecimento sociológico e como podemos gerar melhores políticas, com base em pesquisa sociológica?

Intitulada “Além da Globalização?” a conferência tornou-se uma plataforma para três dias de debate – tal como previsto e como qualquer evento científico deve ser. Um dos primeiros debates se centrou no ponto de interrogação do título – por que está ali, o que significa, nossas vidas sociais se transformaram “além da globalização”, o que realmente está além da globalização? Assim como em qualquer bom debate, isto permaneceu em aberto.

As sessões plenárias no início da conferência desencadearam outra rodada de debates. Os professores Michael Burawoy (Universidade da Califórnia, Berkeley), Lazăr Vlăsceanu, e Marian Preda (Universidade de Bucareste) lançaram os debates sobre sociologia pública – por que e quem precisa dela, quais são suas relações com outras “sociologias”, o que ela pode fazer e como? E, em relação ao debate iniciado por Burawoy e o desafio para a sociologia romena, são os sociólogos realmente capazes de falar com o público, e se isto acontecer, como pode afetar a

>>

No mundo acadêmico, junho é conhecido como um mês movimentado, de exames e avaliações, prazos de inscrições de projetos de pesquisa, candidatura para cursos de verão e conferências de fim de semestre. Nesta tradição, junho de 2012 começou bem em Bucareste, com a Conferência Internacional da Sociedade Romena de Sociologia (RSS), realizada na Faculdade de Sociologia e Trabalho Social, Universidade de Bucareste. A sociedade, fundada em 2008, é um

corpo profissional crescente, reunindo jovens e reconhecidos pesquisadores sociais de todos os departamentos de sociologia do país, em mais de 30 grupos de trabalho e seções. Desde 2008, mais e mais debates sobre o estado público da sociologia romena têm surgido, especialmente nos encontros anuais da RSS em Cluj-Napoca e, mais recentemente, em Bucareste. O principal foco da conferência este ano foi delinear o papel e a utilidade da sociologia para a vida social. Outros pontos focais da conferência diziam respeito ao

sociologia? A controversa discussão sobre sociologia pública na Romênia foi lançada pelo professor Vlăsceanu, o presidente do Comitê Científico da RSS, que afirmou que, na Romênia, a sociologia não conseguiu envolver o público e conectar este conhecimento com a vida das pessoas.

Hoje, existe uma crescente visão crítica e reflexiva de como a sociologia como domínio científico responde às necessidades sociais romenas. Neste contexto, a mesa redonda de Burawoy sobre sociologia pública criou uma série de debates interessantes sobre o atual contexto da sociologia profissional na Romênia, e muitas críticas sobre o status público da sociologia romena. Sociologia pública na Romênia parece ser, por um lado, marginalizada e, por outro lado, desejável porque os sociólogos devem ser aptos a se comunicarem com o público. Quando começamos a discutir o significado e existência de uma boa sociologia pública, os legados da sociologia nacional são importantes. Assim, o sociólogo Michael Cernea nos lembrou, durante sua mesa redonda, que a Romênia tem uma tradição de sociologia pública – “sociologia militans” desenvolvida por Dimitrie Gusti na “Escola de Sociologia Romena”, em 1921.

Alguns sociólogos romenos buscaram uma sociologia pública na história da teoria sociológica na Romênia. Em certa medida, a sociologia romena enfrentou a questão de conectar teoria social à prática social (nos termos de Wright Mills). Talvez nós precisemos primeiro desenvolver uma conexão mais estreita entre pesquisa empírica e teoria social, e dessa forma criar uma sociologia profissional forte na Romênia como base para uma presença pública efetiva. Se o problema na Romênia é que os sociólogos não criaram uma

sociologia pública, isto é porque a Romênia não tem sociólogos que sejam envolvidos na esfera pública, envolvimento que pode gerar ou aprofundar debates correspondentes num nível científico. Como Burawoy disse: “Sociólogos estão presentes apenas em tempos de eleição, e depois eles desaparecem”. Isto não é definitivamente o caminho para uma vibrante sociologia pública romena!

Os desafios da sociologia pública são um problema, não somente na Romênia, mas em todos os países. Como em outros lugares, pode ser muito arriscado sair em campo aberto, em face de uma sociologia profissional que teme debates científicos públicos. O fato de existir uma permanente tensão entre sociologia profissional e sociologia pública torna mais difícil para sociólogos se envolverem na esfera pública. Certamente, não falamos apenas sobre compromisso, mas também intervenção para criar mudança social. Os sociólogos romenos foram também absorvidos com a questão: “pode a sociologia gerar movimentos sociais?” Seguindo a concepção de Alain Touraine, de “intervenção sociológica”, sociólogos públicos devem também entender que a sociologia pode não transformar o mundo, mas pode ajudar a entender como ele funciona. Uma boa sociologia pública é fortemente associada à sociologia profissional e se dedica a traduzir questões sociológicas em linguagem acessível a diferentes públicos.

O professor Jean-Claude Kaufmann (Universidade René Descartes, Paris V) estimulou discussões sobre a questão da formação da normalidade e normas, ligando assim a perspectiva macro sobre globalização à micro observações da vida cotidiana. O Professor Michael Cernea apresentou uma história pessoal da sociologia romena, combinada a um relato de sua

participação nos projetos do Banco Mundial – abrindo assim caminho para debates sobre o velho versus o novo, mudanças locais versus globais na sociologia e políticas sociais. Marian Preda incitou discussão sobre riscos e desigualdades sociais ocultas além da globalização – as dívidas passadas e presentes a serem pagas pelas futuras gerações, mudanças demográficas e os perigos da sociedade do consumo.

Com estes temas nas falas de abertura e com participantes não tímidos para fazer perguntas, até mesmo para professores renomados no grande salão intimidador onde as sessões plenárias se realizaram, você pode imaginar a onda de debates que se difundiu pela conferência! Além do mais, cada painel (e foram quase 40!) tiveram suas sessões de perguntas e respostas – criando então nova onda de discussão.

Por último, mas não menos importante, jovens pesquisadores sociais presentes na conferência conseguiram aproveitar esse momento global – um encontro de colegas não somente de todo o país, mas de todo o mundo. Foi uma rara e especial ocasião para estudantes romenos com acesso limitado a recursos acadêmicos. Novos grupos de trabalho foram criados no âmbito da Sociedade de Sociologia Romena. Novos projetos de pesquisa colaborativa, volumes e artigos foram planejados. Foi também uma ocasião para criticar severamente a ISI (*Institute for Scientific Information*) Web de monopólio de saber sobre a avaliação de escritos acadêmicos. Como jovens pesquisadores sociais, é claro, gostamos do ótimo debate crítico! ■

> CriticAtac

um manifesto anticapitalista da Romênia

Por Victoria Stoiciu, Siulea Ciprian, Iovanel Mihai, Tichindeleanu Ovidiu, Rogozanu Costi, Poenaru Florin e Ernu Vasile, todos representando o CriticAtac



Membros do CriticAtac: Victoria Stoiciu, Vasile Ernu, e Ciprian Siulea se apresentando a Michael Burawoy.

O editor do *Diálogo Global* se deparou com este grupo engajado e de mente aberta, ao visitar a Romênia. O grupo CriticAtac colaborou com o departamento de sociologia da Universidade de Bucareste, organizando um colóquio sobre “O marxismo após o comunismo”, assistido por uma plateia lotada. Isso pareceu uma mudança notável para esta parte do mundo onde o marxismo foi profundamente desacreditado por sua associação com o passado soviético.

CriticAtac é um grupo social, intelectual e político, fundado em setembro de 2010, em Bucareste. Nossa ideologia é de esquerda, mas não somos uma facção ideológica e não saímos por aí nos enaltecendo pela linha genial e convergência de nossas ideias. Um dos nossos principais objetivos foi criar algo novo em um espaço público bastante desgastado, de-sarticulado,

>>

rotinizado e autoritário, e essa é uma razão para a nossa diversidade.

CriticAtac não é um grupo acadêmico, embora estabeleça conexões acadêmicas. Temos uma plataforma eletrônica www.criticatac.ro, mas vamos além do espaço on-line e organizamos reuniões, seminários e debates nas universidades. Em novembro de 2011, organizamos o Fórum Social Romeno, reunindo todos os grupos e movimentos sociais importantes da Romênia para discutir questões cruciais para a nossa sociedade: bens públicos, formas de protesto, democratização. Lutamos para que as pessoas se envolvam em questões sociais e políticas, e para atrair novos públicos para a esfera pública, que agora está à beira do colapso. Muitas pessoas estão sem voz e representação, enquanto que “formular a agenda” fica a cargo de poucos previsíveis poucas delas.

Como partidários entusiastas do mercado, os principais intelectuais romenos de hoje aprenderam a entreter o público, e perpetuar um mercado cultural cativo que não leva a lugar nenhum. Temos um “mercado livre” intelectual, onde os critérios

de sucesso que prevalecem são heranças e arranjos oligopolistas. Nós também temos um grave impasse quando o assunto é: anti-comunismo, a obsessão com a “Ocidentalização”, o pró-capitalismo compulsivo, o elitismo agressivo, parecem ser os temas bovaristas que não levaram a lugar algum nos últimos 20 anos, desde a queda do regime comunista, porque em parte eles não são feitos para nos levar a algum lugar.

Temos comentado sobre os principais tópicos da agenda pública, assim como os temas que consideramos fundamentais para a nossa sociedade: igualdade, o direito individual e social de seguir o próprio caminho, discriminação e privilégio, igualdade e desigualdade de oportunidades, as relações entre empregadores e empregados, relações entre a sociedade e o Estado, o futuro do sistema político, e muito mais. Além do mais, pretendemos discutir tudo isso de forma relevante e acessível. No entanto, não nos interessa um falso ativismo anti-corporativo, um “ambientalismo” fanático, ou a moda anti-consumismo sem argumentação sólida.

Nós não queremos participar de política partidária. As limitações e o ritualismo do atual sistema político estão enraizados tão profundamente, que a autêntica política só pode ser feita fora de seu terreno. Queremos ter um impacto político extra-institucional, mas não na posição de uma sociedade civil que flerta com o sistema político, ou na posição de uma sociedade civil complacente, que sugere políticas públicas ou estratégias políticas oportunistas para partidos. Esses são jogos políticos de elite que desconsideram a importância de separar o civil e o político. Em vez disso, pretendemos introduzir um caráter de urgência na equação política: a ideia de que a democracia representativa deve representar a todos, e que a política não deve limitar-se estritamente a políticos, a tecnocratas, às elites intelectuais. E antes de inventar qualquer elaboração de propostas de políticas públicas, queremos reformular radicalmente a lente pela qual examinamos as questões mais prementes da atualidade. ■

> Três anos de *Sociopedia.isa*

Por Bert Klandermans, Universidade VU, Amsterdam, Holanda, e Vice Presidente de Finanças da ISA, 2002 – 2006.

Há alguns anos atrás, o Comitê Executivo da ISA discutiu a possibilidade de publicar um volume anual de artigos de revisão. A proposta era produzir um jornal *on-line* ao invés de um livro. Pensávamos que a produção de um livro poderia tomar tanto tempo que os artigos poderiam ficar desatualizados quando do prazo da publicação. Um jornal *on-line*, por outro lado, poderia disponibilizar uma contribuição logo que estivesse pronta, e não haveria problema de prazos não cumpridos. Michel Wieviorka, Bert Klandermans e Izabela Barlinska se reuniram para discutir o que se tornou o *Projeto Presidencial de Wieviorka*. Como ele havia desenvolvido uma ideia semelhante, Kenji Kosaka se juntou aos fundadores. Nascia a *Sociopedia*.

Para permitir a filiação à ISA e para distingui-la de outras iniciativas, ela foi nomeada *Sociopedia.isa*, um novo conceito na produção e disseminação de conhecimento. Ela combina o melhor de dois mundos: publicação rápida usando a *Internet* e qualidade científica assegurada por uma minuciosa e criativa edição e revisão por pares. Enquanto editores experientes e revisores asseguram a mais alta qualidade possível, a *Internet* torna possível fornecer artigos de revisão “de ponta”. A *Sociopedia.isa* oferece então uma “ciência social viva”. Ela possibilita os usuários inserirem dados atualizados, revisados segundo uma base regular. Depois de dois anos, os autores dos artigos originais são convidados a atualizarem os trabalhos. Além do mais, cada atualização tem uma seção suplementar de discussão.

Há três anos atrás, os primeiros cinco artigos foram enviados. Desde sua concepção, *Sociopedia.isa* publicou 35 artigos num amplo espectro de

temas que incluem protesto, conflito social, o papel do sexo, estudos de desastres, saúde e doença, diáspora, memória, mobilidade, vida cotidiana, transnacionalização de imigrantes, secularização e reflexividade. Usando sua senha da ISA, os membros da ISA têm acesso à *Sociopedia.isa* via o *website* da ISA ou via o *website* da Sage. A cada 3 ou 4 meses, cinco artigos são disponibilizados gratuitamente. A *Sociopedia.isa* tem sido visitada por milhares de usuários.

Artigos para a *Sociopedia.isa* podem ser submetidos por e-mail para sociopedia.isa.fsw@vu.nl. Os interessados devem procurar os Procedimentos para a Submissão à *Sociopedia* que podem ser encontrados no *website* da ISA. Um artigo característico da *Sociopedia.isa* contem 7.000 palavras, fora a bibliografia. Os artigos devem ser redigidos em inglês, mas a *Sociopedia.isa* incentiva os autores a enviarem simultaneamente uma cópia do artigo em outra língua, como o francês ou o espanhol. O autor precisa assegurar, no entanto, que o artigo traduzido é idêntico à versão em inglês. Um artigo típico da *Sociopedia.isa* tem a seguinte estrutura: panorama das abordagens teóricas; revisão da evidência empírica; avaliação da investigação até a data; discussão da futura direção na qual a teoria e a pesquisa devem seguir. O artigo precisa ser completado com os três seguintes elementos: referências citadas, sugestões anotadas para leitura posterior (“Leia este artigo porque...”) e uma curta biografia do autor, de aproximadamente três sentenças.

Bert Klandermans é o Editor da *Sociopedia.isa*. São Editores Associados: Devorah Kalekin-Fishman,

Kenji Kosaka, Elisa Reis, Arturo Rodriguez Morató e Henri Lustiger Thaler. Via de regra, os artigos submetidos à publicação são enviados a, pelo menos, dois revisores externos. Em princípio, os editores trabalham com os autores até que o material recebido seja considerado aceitável. Uma vez que o trabalho é aceito, ele é publicado dentro de poucas semanas. Começando em 2013, cada ano, de 8 a 10 *Sociopedia.isa* serão selecionadas para publicação na *Review Issue of Current Sociology* – um dos dois jornais *off-line* da ISA. Isso torna a publicação em *Sociopedia.isa* ainda mais atrativa.

Há uma inovação a mais, chamada *Sociopedia.isa colloquium*, que é uma extensão do artigo de revisão padrão da *Sociopedia.isa*. O mesmo processo de edição e de revisão por pares determinará essa escolha, com editores experientes e revisão por pares, a fim de assegurar a melhor qualidade possível. O *Sociopedia.isa colloquium* terá início com um autor principal e reconhecido, resumando o seu ou a sua posição sobre um dado problema ou temática sociológica, seguido de três ou quatro artigos que se referem à e avaliam a tese do artigo principal. Os três ou quatro comentadores assumirão o papel de debatedores críticos. Henri Lustiger Thaler está preparando um *Sociopedia.isa colloquium* sobre “Cosmopolitismo” enquanto Devorah Kalekin está preparando um sobre “A sociologia dos sentidos”

Eu incentivo todos aqueles interessados a escrever uma revisão de seu campo para *Sociopedia.isa* a submeter um artigo à sociopedia.isa.fsw@vu.nl. ■

> Melhor serviço de saúde para todos

Por Ellen Kuhlmann, Universidade Goethe, em Frankfurt, Alemanha, Presidente eleita de RC52 (Sociologia das Profissões), Claus Wendt, da Universidade de Siegen, Alemanha, membro do conselho de RC19 (Pobreza, Bem-Estar Social e Política Social), e Ivy Bourgeault, Universidade de Ottawa, Canadá, vice-Presidente de RC15 (Sociologia da Saúde)

Melhores serviços de saúde para todos os cidadãos é a chave para combater a desigualdade social e a pobreza e está no topo da agenda dos formuladores de políticas em todo o mundo. Apesar de suas muitas diferenças, sistemas de saúde emergentes do Hemisfério Sul e do Oriente, bem como nos Estados de Bem-Estar estabelecidos do Ocidente, buscam melhorar a organização, os resultados e a acessibilidade aos serviços de saúde. Isso inclui novos modos de administrar os profissionais de saúde. Para isso, processos de responsabilidade social e serviços do setor público têm se revelado fundamentais para a saúde da população, embora os mercados e a gestão estejam em alta no atual clima de restrições financeiras. Há uma necessidade urgente de mais soluções políticas criativas que sejam sensíveis às realidades das relações de poder.

O Segundo Fórum da ISA em Buenos Aires foi uma oportunidade ótima para sinalizar o campo emergente da política e serviços de saúde a partir de uma perspectiva sociológica e para destacar os benefícios de uma abordagem internacional (Veja também *Current Sociology*, Edição Especial, Julho de 2012). Esse novo campo é de natureza interdisciplinar e, conseqüentemente, nós lançamos chamadas para sessões conjuntas.

A resposta foi avassaladora, e graças aos nossos RCs anfitriões, RC15 (Saúde) e RC19 (Política Social) organizamos sessões conjuntas sobre “melhores serviços de saúde para todos”, enquanto os RC15 e RC52 (grupos profissionais) realizaram uma sessão conjunta especificamente sobre a governança profissional. Todas as sessões estiveram repletas de papers e foram cenário de debates muito vigorosos.

As sessões proporcionaram uma plataforma para discutir o que importa nas políticas e nos serviços de saúde, e o que há para aprender com as experiências internacionais. O mais fascinante e, de fato, singular, foi que as sessões conjuntas reuniram pesquisadores de todos os continentes, e as barreiras linguísticas foram criativamente superadas por apresentações e discussões bilíngües. Os participantes vieram da América do Norte e do Sul, de vários países europeus e da Austrália, como também, da Nigéria, da África do Sul e do Japão.

“as sessões conjuntas estiveram repletas”

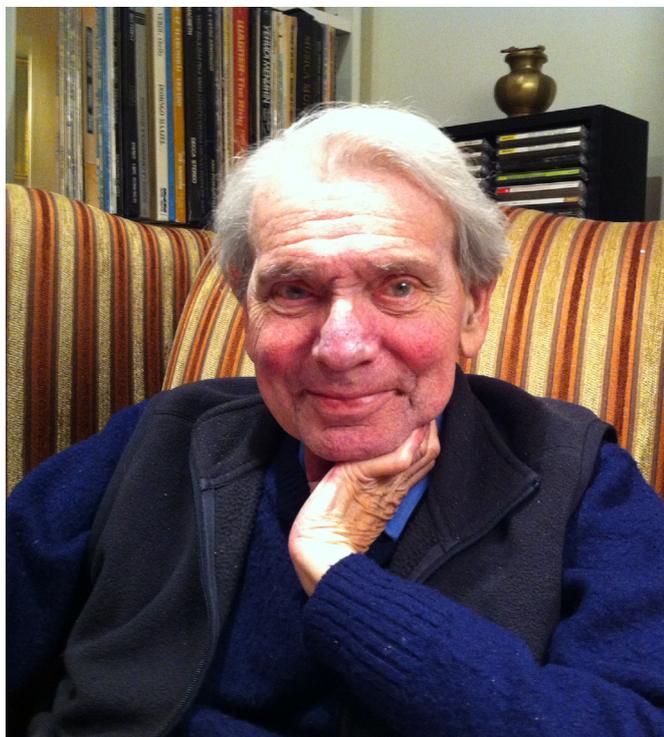
Os principais tópicos incluíam os desafios da pesquisa comparativa

em um setor altamente diversificado e dinâmico como o setor dos serviços de saúde. Aqui, houve sugestões de tipologias mais complexas, da necessidade de conectar os níveis macro e micro da pesquisa, e o uso de uma série de indicadores. Outro ponto importante foi a questão das desigualdades. Não houve falta de exemplos de uma lacuna persistente e mesmo crescente no acesso aos serviços de saúde; isso inclui igualdade de gênero, saúde da mulher e direitos reprodutivos, mas também, questões de cultura, língua, lugar e etnia que podem criar desigualdades. Temas comuns entre os países foram a relevância dos direitos e a importância do acesso universal aos serviços de saúde; o papel dos atores e movimentos sociais; e a mudança no equilíbrio entre os serviços de saúde públicos e privados. Outra vertente das discussões abordaram a complexidade da governança profissional e a necessidade de uma gestão mais eficiente dos recursos humanos em saúde.

Sem dúvida, as sessões conjuntas acrescentam muito valor para os RCs existentes e estamos ansiosos para futuras colaborações, tendo já construído pontes para Yokohama.



> Obituário: Ivan Varga, 1931-2012



Ivan Varga viveu muitas vidas. Uma delas envolveu uma permanente devoção à ISA e em particular ao RC22 (Sociologia da Religião), pelo qual é lembrado com carinho por muitos. O obituário seguinte foi escrito por sua mulher e filha, Eva Varga e Christina Varga.

Ivan Varga em sua casa em Kingston, Canadá.

O Dr. Ivan Varga defendeu aquilo que acreditava, não importando quão perigosas ou impopulares fossem suas opiniões. Ele era de uma família judia assimilada de Budapeste, Hungria. Durante a Segunda Guerra Mundial, ele saía sem sua estrela amarela fora do horário do toque de recolher para os judeus para conseguir mais porções de comida, arriscando assim ser pego e baleado no Rio Danúbio.

Ele sobreviveu a isto apenas para ver o sonho de libertação pelos russos se transformar no pesadelo de um regime opressivo. Mas ele não se manteve discreto; em vez disso falou e escreveu criticamente sobre o regime, fazendo de si um alvo durante o levante húngaro em 1956. Ele fugiu para a Polônia e quando foi mais seguro para ele voltar para a Hungria, encontrou-se proibido de trabalhar por vários anos.

Depois da guerra, ele estudou com ilustres como Georg Lukács, obtendo depois seu doutorado. Ele e Eva Launsky se casaram em 1961 e Christina nasceu em 1968.

Tendo aprendido diversas línguas, incluindo o inglês, Ivan foi autorizado a deixar a Hungria para ensinar na

universidade, na Tanzânia, acompanhado de sua família. Mas depois da passagem de quatro anos, eles decidiram desertar, deixando um futuro conhecido, porém cinza, na Hungria, para um futuro completamente desconhecido no Ocidente. Eles desembarcaram na Alemanha, levando nada além de suas roupas, alguns artefatos africanos e sua educação.

Ele lecionou em universidades na Alemanha, mas depois de um ano, foi recrutado para ensinar sociologia na Queen's University em Kingston, Canadá. Ali ele permaneceu até sua aposentadoria em 1996, quando se tornou professor emérito.

Ao longo de sua carreira, ele perseguiu seus interesses na sociologia da arte e da cultura, religião, depois adicionando novo interesse no estudo do corpo. Ele trabalhou num fórum internacional, colaborando com colegas ao redor do mundo, incluindo um cargo de pesquisador sênior no Centro para Estudos de Religiões Mundiais, em Harvard, além de pesquisas na França e Hungria.

Depois de se aposentar, ele continuou a escrever e editar publicações internacionais, além de organizar a participar de conferências no exterior. Ele continuou seu trabalho de uma década com a ISA, particularmente com o Comitê de Pesquisa da Sociologia da Religião. Depois de seu mandato como presidente do Comitê de Pesquisa ele se tornou Presidente Honorário, uma posição que manteve até seu falecimento. ■

> Que portas o “Livres Acesso” abre?

Por Jennifer Platt, Universidade de Sussex, Reino Unido, e Vice-Presidente de Publicações da ISA, 2010-2014

“O Livres Acesso” é um movimento que está se espalhando rapidamente para além dos seus pontos de origem, e traz algumas ameaças conforme se aproxima das ciências sociais. A ideia básica é simples e atraente: todos devem ser capazes de se beneficiar do conhecimento de pesquisa disponível em artigos de revistas. Importante para um lado do movimento tem sido a ira dos cientistas das ciências naturais devido aos preços excessivos cobrados, e os lucros obtidos por alguns editores de revistas usadas por eles, o que levou a um boicote das revistas da Elsevier. Um tema ideológico mais recente, crucial para a nova política do governo britânico, é que os produtos de financiamento do Estado devem ser disponibilizados livremente para os cidadãos do Estado. Em relação a isso, afirma-se que as empresas, em particular, irão se beneficiar do acesso e, assim, promover o crescimento econômico nacional. Os principais organismos de financiamento nos EUA e na Grã-Bretanha estão agora exigindo que a pesquisa que eles têm financiado deva ser publicada apenas em revistas que permitem o acesso gratuito para os leitores - o que coloca pressão sobre as revistas para mudar suas práticas.

Atualmente, o sistema normal é que os editores produzam as revistas e o acesso a elas dependa do pagamento de uma assinatura. Na maioria das vezes, atualmente, isso é pago pelas universidades, o que tornam as revistas on-line gratuitas para seus membros. Isso é complicado pelo fato de que agora as grandes editoras,

normalmente, vendem as assinaturas para bibliotecas na forma de grandes grupos de revistas, ao invés de uma por vez, o que dá acesso a muito conteúdo, a um custo considerável. Os autores dos artigos não são pagos, e parte considerável desse trabalho não remunerado vai para a universidade, mas não há dúvida de que o processo de produção também tem custos consideráveis que, de alguma forma, precisam ser cobertos.

“O Livres Acesso pode ter graves implicações para a ISA”

Dois grandes modelos alternativos de “acesso livre” estão sendo amplamente discutidos. O modelo “Ouro” exige que os autores [ou seja, suas universidades ou fundos de financiamento de pesquisa] paguem uma taxa substancial para cobrir os custos de publicação, mas os artigos estarão abertos para os leitores sem necessidade de pagamento. O modelo “Verde” não faz os autores pagarem, mas exige o depósito do artigo em algum repositório acessível, às vezes, depois de um período de embargo de 6 ou 12 meses (muito longo para a velocidade de alguns campos das ciências naturais) para deixar algum incentivo para assinaturas.

Em qualquer modelo, os autores se beneficiam com mais leitores tendo acesso ao seu trabalho, e os leitores

se beneficiam ao ter esse acesso. Mas quais são os outros efeitos?

- Ouro: a maioria dos autores de países pobres pode não ser capaz de publicar em revistas fortes de países ricos, a menos que tenham uma doação de um órgão de financiamento internacional. Na sociologia, certamente não é automático que artigos sejam baseados em pesquisas patrocinadas. Não está claro se os autores, sem esse financiamento estariam isentos das taxas. Autores de universidades mais pobres, mesmo em países ricos, podem ter suas publicações limitadas pela sua própria administração. As universidades economizarão dinheiro agora gasto em assinaturas, mas não necessariamente usarão isso para apoiar as pesquisas. As pesquisas disponíveis provavelmente serão reduzidas, e mais enviesadas em seu alcance.

- Verde: Ninguém vai pagar as despesas de publicação, a não ser que o embargo faça com que bibliotecas ou leitores estejam dispostos a pagar por acesso antecipado ao conteúdo da revista. (A meia-vida de artigos de revistas em ciências sociais é consideravelmente maior que um ano). Os editores, portanto, tendem a preferir o modelo Ouro. Sociedades científicas, como a ISA, que não são propensas a considerar aceitável o pagamento do autor, poderiam perder uma parte significativa do rendimento a partir de publicações, rendimento este que apoia outras atividades.

Existem variantes desses modelos

>>

básicos sobre as quais não podemos adentrar aqui. Aceita-se que poderia haver revistas “híbridas” que estariam preparadas para deixar alguns artigos liberados em um repositório, enquanto outros não o são; esta é a política atual da Associação Americana de Sociologia. Algumas revistas podem agir sob o incentivo perverso de preferir artigos sem financiamentos que exijam o fornecimento de acesso livre. Os conselhos nacionais de pesquisa britânicos estão agora exigindo não apenas o livre acesso

aos artigos publicados, mas que cada um forneça acesso aos seus dados para que possam ser extraídos ou reanalisados. Como isso lidaria com questões de confidencialidade da ciência social?

A ISA claramente precisa desenvolver uma política adequada à sua missão internacional, e será de muita ajuda fazer isso se tiver informações sobre como essas questões estão surgindo na sociologia mundial. Sabemos que em alguns lugares o

sistema de publicação em revistas e o financiamento variam daqueles tomados como padrão na Europa e na América do Norte, e a discussão em outros lugares pode levantar mais perguntas que deveríamos considerar. Será de muito valor se vocês pudessem nos informar como estão as coisas a partir de onde você está, e quais suas ideias sobre como poderia ser a política da ISA. Por favor, escreva para mim em j.platt@asussex.ac.uk ■

> Apresentação da Equipe Editorial Indiana

Por **Ishwar Modi**, Presidente da Sociedade Sociológica Indiana e Membro do Comitê Executivo da ISA, 2010 – 2014

Quando eu estava lendo sobre a Equipe Editorial Iraniana da *Diálogo Global* (DG 2.4), me chamou a atenção o fato de que quase a maioria dela era formada por estudantes de graduação ou de pós-graduação. Comparado com eles, os membros da equipe indiana são mais velhos e mais experientes. O principal foco da equipe é fornecer uma tradução padrão para o hindi da complicada linguagem técnica da disciplina, o que se mostra, às vezes, uma tarefa difícil. Ficamos agradavelmente surpresos quando alguns de nossos colegas de outras universidades do país nos disseram que a versão hindi da *Diálogo Global* está sendo usada como matriz para traduções feitas por seus estudantes (da versão inglesa de DG para o hindi) de modo que eles podem comparar e tentar melhorar. Tanto a versão inglesa como a hindi da *Diálogo Global* estão, no entanto, sendo cada vez mais comentadas nos círculos acadêmicos indianos devido ao seu material global que é sempre bem interessante, informativo e esclarecedor. Estamos, pois, bastante orgulhosos com nossa associação à *Diálogo Global*. ■



O Professor **Ishwar Modi** é o fundador dos Estudos sobre Lazer na Índia. Atualmente é Presidente da Sociedade Indiana de Sociologia e Diretor do Instituto Internacional Indiano de Ciências Sociais, bem como membro do Comitê Executivo da ISA. Ele também foi reeleito Presidente do Comitê de Pesquisa em Sociologia do Lazer da ISA (2010-2014). Por ocasião de sua aposentadoria em 2000, ele foi Diretor fundador do Centro para estudos do Lazer e do Turismo da Universidade de Rajastão, em Jaipur (Índia). Depois foi Professor Visitante do Instituto Indiano de Pesquisas sobre Gerenciamento da Saúde. Ele é o Presidente

fundador da Associação Indiana de Estudos do Lazer. Recebeu o título de Membro Honorário da Organização Mundial do Lazer e atualmente é associado sênior e membro fundador da Academia Mundial do Lazer. Organizou diversas conferências nacionais e internacionais e foi autor, coautor e editor de oito livros.



Rajiv Gupta é atualmente Professor e Chefe do Departamento de Sociologia da Universidade de Rajastão, em Jaipur. Ele é um estudioso perspicaz de sociologia marxiana. A Associação Indiana de Ciências Sociais honrou-o com o Prêmio D.P. Mukerji de Membro Sênior da Ciência Social no ano de 2007. Recentemente, conduziu um estudo da sociologia dos livros didáticos. Seu livro, *Communalization of Education or Education of Communalization*, levantou um debate nacional que levou os partidos políticos de direita a uma situação embaraçosa. Observador agudo da sociedade indiana, Gupta examinou diversos fenômenos sociais

como: relações agrárias, violência doméstica, movimentos de união comercial, desenvolvimento urbano, educação e profissão acadêmica. Seu trabalho de doutoramento foi sobre o papel dos intelectuais acadêmicos na sociedade contemporânea da Índia. Enquanto sociólogo público, sempre participou de vários movimentos, incluindo movimentos contra a economia neoliberal.



Rashmi Jain leciona no Departamento de Sociologia da Universidade de Rajastão. Seu interesse reside nas áreas de Desenvolvimento e Comunicação, Estudos sobre Globalização, Sociologia da Lei, Estudos sobre o Lazer e Estudos Europeus. Ela também coordena atividades de campo na área de Mestrado em Trabalho Social. Atualmente está envolvida num projeto intitulado “Sociedade e cultura de Rajastão sob o impacto da globalização”. Seus trabalhos publicados incluem *Communicating Rural Development – Strategies and alternatives*. Além de ser acadêmica, ela deu voz a mulheres desamparadas e colaborou com organizações da sociedade civil de Rajastão.



Nos últimos seis anos, **Uday Singh** trabalhou com o Instituto Internacional Indiano de Ciências Sociais, sob a direção dinâmica de Ishwar Modi. Ele é mestre em Administração Econômica e Gerência Financeira pela Universidade de Rajastão. Como tradutor da *Diálogo Global*, ele está bastante entusiasmado em aprender mais sobre fenômenos sociais e acontecimentos ao redor do mundo.

> Sobrevivendo nas margens

Alexia Webster, fotógrafa, e Edward Webster, da Universidade de Witwatersrand, da África do Sul, e ex-presidente da Comissão de Pesquisa sobre Movimentos de Trabalhadores (RC



Muitos dos postos de trabalho que vêm sendo criados no interior da cidade de Joanesburgo são empregos de sobrevivência, ou o que ficou conhecido como empregos precários ou a chamada economia informal. Eles incluem cabeleireiros e comerciantes que trabalham nas ruas, homens e mulheres nos serviços de limpeza de táxis ao lado das vias, outros trabalhando em casa, ou em “shebeens” (bares clandestinos), assim como carroceiros pelas ruas da cidade coletando papel ou sucata.

Nós fotografamos um desses recicladores informais, uma idosa negra, a caminho de um centro de reciclagem. A princípio, ela surgiu como uma aparição, já que não conseguíamos distingui-la da carga que ela carregava nas costas.

Mas, observando cuidadosamente, você verá partes do corpo dela sobrecarregadas pelos sacos de resíduos recicláveis. Ela não é uma vítima indefesa; É uma trabalhadora produtiva. Ela passa 10 horas por dia recolhendo papel e depois carrega nas costas pelas ruas de Joanesburgo, para vender para o centro de aquisição de materiais recicláveis. Não é um trabalho no sentido convencional; É uma estratégia de sobrevivência. Ela não só cria valor através da reciclagem de papel, que é comprado por uma grande empresa multinacional; ela também está limpando as ruas. É um emprego “verde”, mas ela ganha em média apenas 5 dólares ao dia.

O que caracteriza esses trabalhadores informais é que eles trabalham por conta própria. Eles conquistaram um setor da economia na

cidade, onde podem participar de atividades econômicas de maneiras muito diferentes do emprego tradicional. A emergência dessas atividades informais se apresentou à sociologia com um quebra-cabeça. Acreditava-se, nos anos 1950 e 60, seguindo a visão teleológica da teoria da modernização, que setores industriais absorveriam o rápido fluxo de pessoas para as cidades, tal como na Europa do século XIX. Isto, contudo, não aconteceu. Em vez disso, a população urbana do mundo em desenvolvimento têm crescido drasticamente, sobrevivendo em pequenas atividades da economia informal, e não no emprego formal. Na fotografia, ela está invisível, mas constitui parte de um crescente exército de trabalhadores precários em todo o mundo. ■